

Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Marina Rebelo Tavares

Juventude ou Classe Social?

O Debate Teórico Acerca do Movimento Estudantil

Campinas, dezembro de 2008.

Marina Rebelo Tavares

Juventude ou Classe Social?

O Debate Teórico Acerca do Movimento Estudantil

Este exemplar corresponde à redação final da monografia de final de curso de Marina Rebelo Tavares, a ser apreciada pela comissão julgadora em 10/12/2008.

Orientador

Prof. Dr. Armando Boito Júnior, Departamento de Ciência Política da Unicamp.

Comissão julgadora

Prof^a Dr^a. Andréia Galvão, Departamento de Ciência Política da Unifesp e Prof^a Colaboradora do Depto. de Ciência Política da Unicamp

Prof.^a Dr^a Luciana Ferreira Tatagiba, Departamento de Ciência Política da Unicamp.

Campinas, dezembro de 2008

Resumo:

A presente monografia se propõe a resgatar uma discussão teórica sobre a importância e significado da ação estudantil no Brasil, bem como a qualificação destes agentes. Tal discussão, que envolveu diversas correntes teóricas, encontra-se praticamente estancada na década de 1970. Resgatá-la torna-se fundamental para conseguirmos avançar na discussão sobre o Movimento Estudantil atual, em particular, e também sobre os Movimentos Social em geral.

Palavras-Chave: Movimento Estudantil Universitário; Juventude; Movimentos Sociais

Índice:

DEDICATÓRIA::

Dedico a presente monografia a todos que a tornaram possível, me acompanhando nos avanços e tropeços de toda uma graduação e militância política.

É com um carinho especial que agradecemos a Maria Cândida Rebelo Tavares, minha mãe, por todas as angustias e alegrias compartilhadas neste início de jornada.

Tenho que lembrar ainda daqueles que pelas conversa, paciência, amizade e militância não me deixaram desanimar: Guilherme, Mateus, Armando e Raquel é com grande honra que os tenho como referências e companheiros intelectuais.

*Ao apoiá-lo com minhas poucas forças,
participo desse protesto pequeno-burguês e cheio de
contradições e ambigüidades, mas rico em perspectivas e
que nos arranca da apatia em que se alicerça a
continuidade do poder conservador (Fernandes, 1979)*

Introdução::

O Movimento Estudantil (ME) atualmente é pauta obrigatória dos debates da esquerda. Sua volta à grande mídia, resultado das ocupações de reitorias e prédios universitários, reanimou a discussão acerca de suas potencialidades e limites, porém tal debate ainda é muito limitado à militância partidária. O debate de fôlego sobre uma Sociologia do Movimento Estudantil avançou pouco nos últimos 20 anos, sendo que a maior parte da bibliografia disponível se refere a resultados de pesquisas empíricas de pequeno porte. Elementos que nos ajudam a pensar tal realidade são, além da importância que o ME teve nas décadas de 1960 e 1970, o giro que a academia deu abandonando em partes a discussão de movimentos sociais para dar lugar para o estudo sobre participação e democracia (Doimo, 1995) e a pouca sistematização das diferentes teorias sobre o ME, o pouco debate existente entre as teorias. Essa pouca base teórica se põe de forma muito dura para quem busca estudar o ME atual. Podemos, então, traçar um paralelo entre a intensidade dos debates e produções científicas acerca do ME com a importância que tal movimento social assume na luta política no país e no mundo.

A volta do ME para as discussões acadêmicas, que assistimos atualmente, ainda sofre os impactos do parco desenvolvimento teórico do tema nas décadas anteriores. Ela ainda é marcada por confusões e imprecisões analíticas. Infelizmente ainda hoje os estudos sobre o assunto se concentram no ME do período da Ditadura Militar brasileira e em 1968, avançando pouco para entender o movimento do atual período. É percebendo esta fragilidade teórica e o “vácuo” existente hoje ao se pensar o ME, que alguns pesquisadores tentam olhar para o movimento e para as ações estudantis, recomeçando a discussão sobre o motivo dessas ações (Mesquita, 2006) e reconstruindo a história do ME da década de 1980 até hoje (Pereira, 2006). Colocando-nos dentro deste setor é que nos propusemos, com a presente pesquisa, resgatar uma discussão teórica sobre a importância e significado da ação estudantil no Brasil, bem como a qualificação destes agentes. Tal discussão, que envolveu diversas correntes teóricas, encontra-se praticamente estancada na década de 1970. Resgatá-la torna-se fundamental para conseguirmos avançar na discussão sobre o ME atual, em particular, e também sobre os MS em geral.

A nossa metodologia baseou-se em *Como se faz uma tese* (Eco, 1977) que muito contribui para compreendermos melhor como deverá ser o desenvolvimento de uma pesquisa bibliográfica. Tal obra apresenta explicações detalhadas e valiosas de como utilizar uma biblioteca, como fazer uma pesquisa de levantamento bibliográfico, como abordar a bibliografia através de um fichário organizado das obras, com realizar um fichamento básico, etc.

O levantamento quantitativo da bibliografia acerca do Movimento Estudantil foi constituído através de consultas às teses e dissertações catalogadas nos acervos digitais do Portal Cruesp, consultas às bibliotecas da Unicamp e acervos, como o *Arquivo Edgard Leuenroth*, sediado no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. O resultado foi uma contundente lista de trabalhos, na sua grande parte, empíricos e teses não publicadas, que é debatida no capítulo 6 e pode ser conferida no Anexo.

A bibliografia a ser analisada para fazermos o mapeamento do debate é constituída basicamente por 4 obras: *O Poder Jovem*, de Artur Poerner (1972), trabalhada no primeiro capítulo; *O problema da juventude na sociedade moderna*, de Karl Mannheim e *O Jovem Radical*, de Otávio Ianni, ambos da coletânea *Sociologia da Juventude* (BRITTO, 1968), trabalhados, respectivamente, nos capítulos 2 e 3; e *Estudante e a Transformação da Sociedade Brasileira*, de Marialice Foracchi (1965), trabalhado no capítulo 4.

Para compreendermos a visão de Movimento Estudantil (ME) sob a qual os diversos autores trabalham, faz-se necessário extrairmos de suas análises a concepção de Juventude e Estudante, bem como o papel que a Universidade cumpre na Sociedade e também qual é o papel que o autor delega aos estudantes. Toda essa análise, porém, deve ser feita, sem perder de vista os períodos históricos nos quais os autores viveram e escreveram. Quando falamos de ME logo nos vem um recorte temporal claro: 1968, e uma pergunta segue: o autor trabalhado escreve antes durante ou depois de 1968?

1968 foi um marco na história mundial e na história do ME. O enfrentamento estudantil da França, Portugal, Brasil (entre outros países) assumiu, neste ano, proporções e projeção mundiais. Em tais processos de enfrentamentos entre estudantes e governos

projetaram o ME como um movimento social de peso, que conseguiu se impor como agente social com potencialidades transformadoras. 1968 é ainda hoje a data mais importante quando se discute as potencialidades transformadoras dos estudantes, inclusive, em nível mundial.

É claro que vivenciar ou presenciar as “Rebeliões Estudantis” de 68 não habilita nem desabilita nenhum autor ou análise, mas este é um elemento que deve ser ponderado, principalmente com relação às perspectivas e delegações que os autores atribuem ao ME. Este fato deve ser usado para confrontar, questionar e/ou ponderar os argumentos e conclusões das quais os diversos autores lançam mão.

Capítulo 1:: Artur Poerner O Poder Jovem::

O conceito que Poerner (1972) mobiliza de juventude é intimamente ligado com o de rebeldia. Para Poerner o jovem nega o pai (e a sua própria família consecutivamente), utilizando vestimentas e vocabulários para afrontá-lo. O jovem nega o pai, por conta da contradição entre as práticas e o moralismo deste, por discordar do estilo de vida de seus pais e da forma com que lidam com o mundo, das opções que fazem. Estes “jovens idealistas”, como o autor se refere na obra, passaram por um processo de desmistificação da figura paterna, e com isso perdem em seus pais a referência de adulto que desejam ser. Além disso, o jovem também opera uma busca por espaço, uma vez que ele está começando a se inserir na sociedade como sujeito autônomo (POERNER, 1972: 32). Poerner é, portanto, um representante teórico da tese de que o conflito de gerações é o que origina a “rebelião juvenil”.

Um argumento que levanta para calçar a idéia de conflito de gerações é o “espaço crescente dele na mídia” (ibidem: 32) e o fato de mais de dois terços dos jovens não quererem seguir a profissão do pai, o que é visto por este autor como um repudio do jovem com relação a seu pai e a desmistificação da figura paterna. O autor ainda salienta que o conflito de gerações passa a ser um conflito social *de fato* quando o jovem passa a identificar a “velhice” e o “quadrado” como “reacionário”, ou seja, como um “representante de uma elite nacional que atravanca o desenvolvimento da nação” (ibidem: 32). Esta para ele é uma das bases das convulsões sociais protagonizadas pela juventude, e em especial pelos estudantes, pois a busca por espaço, e o confronto daí decorrente, assume características de conflito generalizado.

Para Poerner o jovem é o sujeito mais ativo da sociedade. Isto porque, além de ele encontrar a sociedade organizada de uma forma em que ele não se insere (ele busca constantemente o seu espaço), o jovem não possui compromissos profissionais e familiares, que por sua vez, cessariam “a disponibilidade dos estudantes a passeatas e protestos” (ibidem: 32). Com isso o autor argumenta que os adultos simplesmente não

participam das lutas de forma mais arraigadas por conta de sua falta de tempo e excesso de responsabilidades.

A caracterização que Poerner faz não se resume a uma análise geral da juventude. O seu foco é explicitar o estudante como uma *categoria política*, um grupo político particular e sempre presente no cenário nacional. O estudante, para Poerner é parte de “uma juventude rebelde, nacionalista e consciente que deve ser enaltecida pelo engajamento histórico que desempenha em prol da democracia e da resistência civil” (ibidem: 23), sendo, em diversos momentos, vanguarda dos movimentos de massas brasileiros. O Movimento Estudantil, para este autor, é a “forma mais adiantada e organizada que a rebelião da juventude assume no Brasil” (ibidem: 43).

Esta *categoria política*, o estudante, é definida como madura e conseqüente na luta pela emancipação socioeconômica e política do Brasil, manifestando-se sempre diante dos problemas sociais (como foi o caso da campanha contra o analfabetismo e pela erradicação de doenças no campo, em 1963), e em defesa da pátria e dos interesses nacionais (como, por exemplo, na campanha ‘O petróleo é nosso’ de 1947).

O estudante aqui, como em muitos outros países da América Latina, é movido por algo mais do que o simples espírito anarquista que caracteriza o jovem moderno na Europa ou nos Estados Unidos. Esse algo mais, que torna o estudante brasileiro muito mais maduro, politicamente, do que o seu colega europeu ou norte-americano, consta de uma profunda decepção quanto à maneira como o Brasil foi conduzido no passado, de uma violenta revolta contra o modo pelo qual é dirigido no presente e uma entusiástica disposição de governá-lo de outra forma no futuro. Devido a essa perspectiva de poder, o estudante Brasileiro é um opositor nato. (Poerner, 1972: 32)

Tal compreensão de Estudante e Jovem é altamente enraizada na literatura e, principalmente, dentro do próprio ME. Embora o objetivo da obra em questão não seja elaborar uma sociologia do Movimento Estudantil, podemos perceber uma mobilização e explicação de conceitos e uma linha argumentativa que é coerente com parte da literatura sobre o movimento estudantil, em especial o ME pós 1968.

“Para o autor [Poerner], recompor a história estudantil implica em promover o resgate de referências de um dos movimentos mais caros à história nacional no mesmo instante em que enfrenta rupturas e perdas profundas. Por meio de uma narrativa pormenorizada o autor procura recuperar o significado de ‘resistência’ que este movimento carrega ao longo do tempo, resgatando referências de luta política fundamentadas em estruturas tradicionais que agora se acham em percurso de desmontagem. As queimas de arquivo, as rupturas de vida

institucional, as perseguições, mortes e exílio de muitos participantes e dirigentes fazem de O Poder Jovem uma fonte rara de informações” (Pellicciotta, 1997: 32)

Poerner ainda argumenta sobre as omissões dos estudantes em alguns momentos importantes da vida política do país, atribuindo como causa do fenômeno uma suposta ignorância da categoria. Para Poerner quando jovens estudantes não se movimentaram era por pura ignorância a respeito das condições econômicas do país: “ninguém [nenhum jovem] tinha noção, por exemplo, de quanto já devíamos no exterior” (POERNER, 1972: 63).

Para aprofundarmos a caracterização que Poerner faz dos estudantes é importante que explicitemos a caracterização que o mesmo faz da Universidade brasileira. Para o autor a Universidade brasileira é a “Escola de líderes do país”. Poerner argumenta que a Universidade forma as principais lideranças nacionais por conta da fragilidade de outras instituições civis, como o sindicato (a estrutura sindical, para Poerner, é viciada e fascista, facilmente controlada pelo Estado, e, portanto, facilmente eliminada por esse), pelo fato de pertencerem a classes mais abastadas da sociedade, são privilegiados pela discriminação policial contra os operários e camponeses. O fato de os estudantes possuírem há mais tempo que os demais movimentos sociais, uma unidade nacional, uma entidade que consegue construir essa unidade, coloca-os em melhor posição na luta do que os outros movimentos. O autor ainda afirma que “ninguém esquece o que aprendeu na Universidade do Asfalto” (ibidem: 28), ou seja, que os estudantes não esquecem ou apagam quando adultos as experiências vividas no ME – o que ocorre é gradações frente às responsabilidades que a vida adulta traz. Isso, porque, é na Universidade que, para Poerner, o jovem toma consciência dos problemas sociais e os compreende como estruturais. Esta ‘passagem’ se dá dentro da universidade quando o estudante se decepciona com essa. Tal decepção é devida ao fato de o estudante ter se esforçado para ingressar na faculdade e quando atinge seu objetivo descobre que ela não funciona como ele imaginava e gostaria.

Ainda no primeiro ano de faculdade a decepção estudantil dá lugar à revolta contra o governo, pois o estudante percebe que o que falta é vontade política para mudar/transformar a universidade. Vê que “a crise da universidade brasileira é

decorrência da estrutura arcaica vigente no país” (Ibidem, 33), da qual o pai é um representante e defensor, e chega à conclusão que é preciso “renovar a estrutura [vigente no país] para que a universidade também se renove” (Ibidem, 33)¹. A Universidade funciona, portanto, como um mecanismo que faz o estudante canalizar e direcionar sua “ira”, originalmente contra seus pais, à estrutura social vigente.

O livro *O Poder Jovem* traz uma abordagem minuciosa da história da participação estudantil e juvenil na vida política nacional. Poerner descreve atos estudantis e juvenis de expressões “nacionalistas” desde o Brasil colônia, a exemplo da inconfidência mineira e a expulsão de invasores franceses ao Rio de Janeiro, em 1710. E até chegar à criação da UNE, em 1937 (marco histórico do ME para o autor), Poerner continua com mais umas 10 descrições de movimentações em que jovens e estudantes estavam presentes enquanto agentes principais.

Com a fundação da UNE é forjado um instrumento por meio do qual os estudantes pudessem colaborar na luta pela modificação da realidade nacional. (...) Fruto de uma tomada de consciência, quanto à necessidade de organização em caráter permanente e nacional da participação política estudantil, a UNE representa, sem qualquer dúvida, o mais importante marco divisor daquela participação [estudantil] ao longo da nossa história. Por isso, o movimento estudantil e este livro são divididos em duas partes: *antes da UNE* e *a partir da UNE*. (Poerner, 1972: 131, grifos do autor).

Com a criação da UNE o ME alcança uma centralização, e com ela o ME adquire uma caráter organizado, regular e de emancipação nacional, que por sua vez se dá mediante a desmistificação da independência nacional.

O movimento estudantil se tornou quase um barômetro da vida política no País, perdendo a expressividade nos raros momentos em que existiu pelo menos um arremedo da tão falada ‘pacificação da família brasileira’, para se projetar, com intensidade, quando a Pátria e os interesses nacionais correm perigo, período majoritário da nossa História (ibidem: 35)

Por mais condições sociais e políticas para o enfrentamento, Poerner delega ao ME a tarefa de dirigir o enfrentamento contra a ordem social estabelecida, ao Governo, o ao “velho”:

¹ Nesta passagem do livro, Poerner, com o seu simplismo, muitas vezes exposto em ‘O Poder Jovem’, dá a entender que o estudante, individualmente, percebe as contradições sociais e a intrínseca relação que a universidade tem com o projeto político escolhido para o país.

O Novo já se impele, agora, bastante agressivo, para a missão histórica de aniquilamento do velho, que não permite mais, por sua vez, as sortidas tímidas e erodentes que lhe impuseram, a contragosto, uma certa modernização, restando-se, impermeável, ao contato epidérmico do fluido da mudança. O Velho já gritou o seu ‘basta!’ às investidas do Novo e encara qualquer concessão a mais como um atestado de óbito dos privilégios que continua a empalmar neste Brasil-1967. E a medida em que emana, com maior fluidez, das Faculdades brasileiras, o rio de protestos, a impermeabilização dos privilégios e das injustiças sociais exige o aumento da repressão policial ao movimento estudantil, para obstar sua caudalização – ainda utópica e imprevisível – na passeata de todo um povo. (ibidem: 34)

Para Poerner a UNE surgiu, de certa forma, vinculada ao governo Vargas, em 1937, com quem manteve relação, mesmo após o desligamento da UNE com a ‘Casa do Estudante do Brasil’ (uma entidade “de caráter meramente assistencial e profundamente governamental” na qual a UNE teve a sua primeira sede); relação esta que lhe garantiu a sede, de 1942 a 1960, no antigo Clube Germânia, fechado pelo governo na sua investida antifascista, quando entrou na I Guerra Mundial (ao lado dos Aliados e, portanto, contra, o Eixo e o fascismo).

É fato, contudo, que o movimento estudantil não foi passivo por todo o período do governo totalitário de Vargas. As boas relações com o governo sofreram abalos por conta dos movimentos antifascistas liderados pela UNE antes da entrada efetiva do Brasil na I Guerra Mundial.

O autor escreveu a primeira versão no final de 1968, e a segunda versão, revisada e ampliada, em meados de 1972. Isso significa que o autor, em ambas as edições havia presenciado o ápice do ME mundial, 1968. Mais do que isso, Poerner era estudante e militante quando escreveu a primeira edição de *O Poder Jovem*. Vivenciou o movimento estudantil e isso, por sua vez, nos ajuda a compreender o caráter tão enfático que o livro tem de defesa do ME como um movimento “democrático e nacionalista, no instante em que os estudantes se acham colocados no alvo de uma repressão violenta” (Pellicciotta, 1997: 23). Esta é, portanto, uma obra muito datada. Mas nem por isso perde seu inestimável valor dentro da literatura a cerca do Movimento Estudantil. Mesmo ao discordarmos das conclusões que Poerner chega em suas análises sobre o ME, não podemos desprezar o conteúdo de sua obra, muito pelo contrário. ‘O Poder Jovem’ é uma

das principais obras que trazem um relato claro e minucioso de um período tão amplo do ME.

Por meio de uma narrativa pormenorizada o autor procura recuperar o significado de ‘resistência’ que este movimento carrega ao longo do tempo, resgatando referências de luta política fundamentadas em estruturas tradições que agora se acham em percurso de desmontagem. As queimas de arquivo, as rupturas de vida institucional, as perseguições, mortes e exílio de muitos participantes e dirigentes fazem de *O Poder Jovem* uma fonte rara de informações. (Pellicciotta, 1997: 23)

Mas a defesa “a qualquer custo” do ME traz conseqüências negativas a obra de Poerner. Ao alegar que o estudante brasileiro é um opositor nato (POERNER, 1972: 26), numa tentativa de valorização das experiências e estruturas políticas “interpretadas como expressão máxima e sintética de responsabilidade democrática destas movimentações” (Pellicciotta, 1997: 24), o autor não dá conta da realidade das atuações estudantis na história brasileira; aliás, esta afirmação, que é o cerne da tese de Poerner, é relativamente vazia, uma vez que não caracteriza oposição *a quê* que os estudantes fazem, deixando subentendido que é ao governo. Através desta afirmação o autor não consegue justificar o porquê a UNE em 38 é apoiada pelo Governo de Getúlio Vargas, e em 42 tem por esse governo concedido o espaço de sua sede, o antigo Clube Germânico, após ocupação sem resistência e repressão governamental (Poerner, 1972: 169). O autor também ignora a organização ‘Comando de Caça aos Comunistas’, formado por estudantes universitários durante a ditadura militar no Brasil, cujo objetivo central era denunciar e matar militantes de oposição ao governo militar.

Não podemos deixar de criticar a argumentação que busca contornar o fato de em alguns momentos os estudantes foram omissos das lutas travadas no país. Não é possível atribuir a uma categoria inteira, descrita como altamente participativa e avançada, uma ignorância plena das condições econômicas e sociais do país. Não sem discutir a quem essa omissão e suposta ignorância estudantis beneficia. Não basta atribuir essa omissão a uma passividade na família brasileira, como o faz Poerner. Afinal, está é mais uma conseqüência da não atuação estudantil do que propriamente uma causa. É preciso se discutir o porquê os estudantes e as classes mais abastadas, auto-proclamadoras e

defensoras da instituição familiar, defenderam num primeiro momento o golpe de 1964 (mesmo que em instantes seguintes já se manifestassem contrárias). É por isso que avaliamos que tal argumentação de Poerner não se sustenta historicamente.

Acreditamos ainda que a crítica que Pellicciotta (1997: 20), em seu *Uma Aventura Política: as movimentações estudantis dos anos 70*, faz a Renato Bahia (1954), que seu trabalho, ‘O estudante na História Nacional’, interpreta o movimento estudantil como um movimento de personagens cujos comportamentos, aspirações e projetos são homogêneos e nacionalistas, confundindo seu papel com a própria história brasileira, pode e deve ser estendida à obra de Poerner.

Quando Poerner caracteriza as bandeiras estudantis com supostos interesses gerais da sociedade brasileira, ele não só desconsidera a existência da luta de classes e a inserção estudantil nesta luta, como atribui aos estudantes uma característica de cabeça-de-chave da história do Estado brasileiro, como se os estudantes, pertencentes às classes mais elevadas da sociedade brasileira, fossem defensores do povo e dos interesses da Pátria e sempre estivessem à frente nas reivindicações e encabeçando as mudanças sociais. Para Poerner (1979) estes interesses, em linhas gerais, eram a emancipação socioeconômica e política e o desenvolvimento econômico e tecnológico do Brasil. Porém tais bandeiras beneficiam, na verdade, setores específicos da sociedade brasileira. O desenvolvimento econômico e tecnológico de uma sociedade capitalista beneficia os donos de tais tecnologias e empresas que estão crescendo; a famigerada emancipação socioeconômica beneficia a burguesia nacional e setores da classe média, e não a maioria da população que continuaria a ser explorada. Portanto, o que Poerner entende por defesa dos interesses pátrios não difere dos interesses da burguesia nacional crescente e em expansão até meados da década de 1970. Não podemos ignorar, é claro, que as bandeiras nacionalistas imperavam, inclusive entre os trabalhadores e comunistas, porém eles mesmos as compreendiam como uma etapa necessária para os trabalhadores, que beneficiava mais diretamente a burguesia nacional e a classe média, num momento em que a análise hegemônica era que era necessário conquistar tais setores para vencer o imperialismo. Ou seja, ao ignorar a dinâmica da luta de classes no Brasil, Poerner atribui uma generalidade a algumas bandeiras e reivindicação que não correspondem à realidade.

A não referência do autor a classes sociais, e a conflitos de classe, bem como a naturalização e defesa dos interesses nitidamente burgueses, e as críticas lançadas, algumas vezes, a UNE quando esta estava sob domínio de jovens que o autor rotulou de comunistas, são sinais de seu posicionamento político.

Capítulo 2:: Sociologia da Juventude:: Karl Mannheim O problema da juventude na sociedade moderna::

Mannheim (68), em seu artigo *O problema da juventude na sociedade moderna*, resume o debate sociológico sobre a juventude em duas perguntas centrais: “O que a juventude pode nos dar? O que a juventude pode esperar de nós?” (69). O autor, porém, se propõe a responder somente a primeira, e a desmembra em outras duas: “Qual o significado da juventude na sociedade? Como que pode a juventude contribuir para a vida da sociedade?” (ibidem: 69). Mannheim revela no artigo que a edificação destas perguntas como o centro de sua teoria sobre juventude se dá por ele partir do pressuposto de uma *reciprocidade* entre juventude e sociedade (ibidem: 70).

Diante do posto, as perguntas que fazemos a este autor podem ser expressas no seguinte esquema:

- Qual a concepção de juventude que Mannheim trabalha (tendo em vista que ele não trabalha com a concepção de estudante)?
- Qual o papel das organizações juvenis e como se dá a “contribuição” da juventude na sociedade?
- Como a educação auxilia (ou atrapalha) no desenvolvimento da “contribuição” que a juventude tem a dar?

Para partirmos à análise do artigo é necessário não perdermos de vista que Mannheim escreve, especialmente, *para* a juventude inglesa, pois entende que a Inglaterra passa por um processo decisivo em sua história: a consolidação da Terceira Via, ou “Terceira Solução” como o autor escreve na obra². Outro elemento a ser considerado é que o autor escreve antes de 1968. Por fim ainda nos cabe fazer uma

² Os debates sobre terceira via iniciam-se na década de 1950, mas ganharam força e notoriedade principalmente a partir dos anos 90 graças ao resgate do termo por um setor da "esquerda" social-democrata que tentou responder ao programa neoliberal. A proposta da terceira via é elaborar uma síntese entre foco no "econômico" e no "social", seria uma negação do "capitalismo" e do "socialismo", combinando livre-mercado com intervencionismo social. É uma proposta de acomodação ao capitalismo de setores da esquerda que abandonavam o socialismo ou qualquer outra política de mudança abrupta do sistema.

ressalva: Mannheim é o único autor que trabalhamos na pesquisa que não escreve sobre o jovem/estudante brasileiro; ainda sim, pelo papel central que cumpre na coletânea *Sociologia da Juventude*, não podíamos deixá-lo de lado.

Sulamita de Britto (1968), em sua coletânea supra citada, coloca Mannheim em destaque na medida em que o caracteriza como sintetizador dos principais pólos em torno dos quais a Sociologia da Juventude é consolidada³, “assim, ao menos teoricamente, a oposição entre Marx e Hall parece ser superada e resta agora estudar as condições reais em que vive a juventude e os meios que utiliza a sociedade para a sua socialização” (BRITTO, 1968: 12).

No artigo estudado, Mannheim escreve sobre as potencialidades da juventude observando a juventude nazista, e analisando o papel que esta cumpria na Alemanha. Desta análise o autor generaliza o papel que a juventude cumpre na sociedade, em geral, e o papel que deveria cumprir na Inglaterra, em específico.

A juventude, para Mannheim, é um dos “recursos latentes” que as sociedades mobilizam ou não a depender de sua dinamicidade ou estagnação. Neste sentido a valorização do jovem é um símbolo que comprovaria que determinada sociedade está em transformação, e é, portanto, dinâmica. Em seu oposto, a valorização do “velho” explicita uma sociedade “estática”.

As gerações mais velhas e intermediárias talvez possam prever a natureza das futuras mudanças e sua imaginação criadora pode ser empregada para formular novas diretrizes, porém a nova vida só será vivida pelas gerações mais moças. Elas viverão os novos valores que os mais velhos professam apenas teoricamente. Aceita esta verdade, a função específica da mocidade é a de um agente revitalizante; é uma espécie de reserva que só se põe em evidência quando essa revitalização for necessária para ajustamento a circunstâncias em rápida mudança ou completamente novas (MANNHEIM, 1968: 72)

Mannheim ainda argumenta que em período de guerras é mais fácil observar a utilização de todos os recursos e reservas pela sociedade, inclusive os psicológicos, tais quais “capacidade de sacrifício, coragem, resignação e iniciativa” (ibidem: 71). Isto se dá,

³ Karl Marx e Stanley Hall são “dois autores que pertencem a ‘pré-história’ da Sociologia, mas que, ao mesmo tempo, indicam os limites entre os quais a Sociologia da Juventude oscila” (BRITTO, 1968: 11)

por sua vez, devido ao fato de o “corpo social”, na visão de Mannheim, funcionar parecido com o corpo humano:

Em condições consideradas normais, estas reservas permanecem latentes, mas se ocorre uma súbita crise ou é necessária uma reorganização das atitudes básicas, a sobrevivência do corpo dependerá da capacidade para uma pronta e correta mobilização desses recursos. (...)

A mobilização dessa reserva vital [a juventude] é, igualmente, de muitas maneiras similares à do corpo. (...) Muitas atividades latentes nesta [sociedade] permanecem sem ser usadas. Sentimento, emoção e pensamento só podem tornar-se socialmente significativos se forem integrados. (...) Somente através de formas específicas de integração as reservas latentes podem ser mobilizadas e integradas produtivamente na sociedade. Ao tratar do significado de juventude para a sociedade, é igualmente importante indagar qual é a natureza do potencial que a mocidade representa e quais as formas de integração por cujo intermédio essa reserva pode ser transformada em função. (ibidem: 72)

Mannheim constrói sua tese, da juventude como agente revitalizador da sociedade por natureza, em cima de três argumentos. O primeiro é o fato de a juventude ser quem, por concepção, viverá o futuro, e, portanto, o mundo transformado no presente. Outro elemento de sua argumentação é a caracterização do andar em grupos como específico da juventude e como o momento em que o espírito de coletividade e solidariedade é forjado no indivíduo, em oposição ao egocentrismo ocasionado pela supressão desta fase na vida do indivíduo.

O espírito da comunidade e as atitudes que formam a base deste são mais facilmente adquiridos durante a adolescência nos bandos e grupos de jovens. É aí que o homem aprende a entender as forças auto-reguláveis da vida em grupo e o espírito de solidariedade. Se as potencialidades da idade própria para andar em turma permanecerem sem uso, o egocentrismo dos indivíduos tornar-se-á incontrolável, daí decorrendo a atomização social e o sofrimento individual cada vez anelará por mais isolamento e privacidade. A repressão deste anelo de experiência comunitária na adolescência, quando ele é mais vigoroso, numa fase ulterior conduzirá a um exagerado espírito de competição. (ibidem : 85)

Por fim, seu argumento mais relevante dentro de seu artigo é o fato de a juventude se inserir na sociedade e nos conflitos desta vinda de “fora”, desprendida, desta forma, de interesses ideológicos e econômicos. O jovem é, assim, um “homem marginal”, que não aceita como natural a ordem vigente.

Até a época da puberdade, a criança vive principalmente no seio da família e suas atitudes são reguladas sobretudo pelas tradições emocionais e

intelectuais ali predominantes. Na fase da adolescência, entra em contato com a vizinhança, a comunidade e certas esferas da vida pública. Assim, o adolescente não está apenas biologicamente num estado de fermentação, mas sociologicamente penetra num mundo em que os hábitos, costumes e sistemas de valores são diferentes dos que até aí conhecera. (...) Por isso, esta penetração vinda de fora torna a juventude especialmente apta a solidarizar-se com os movimentos sociais dinâmicos que, por razões bem diferentes das suas, estão insatisfeitos com o estado das coisas existente. A mocidade ainda não tem interesses adquiridos, quer no senso econômico, quer em função de hábitos e valorizações, ao passo que a maioria dos adultos sérios já os tem. Está é a explicação do fato peculiar de que em sua adolescência e no prolongamento desta, tantas pessoas são ardorosos revolucionários ou reformadores, enquanto muito comumente elas mesmas, logo que se instalam num emprego e constituem família, passam para a defensiva e intercedem em favor do *status quo*. Na linguagem da Sociologia, ser jovem significa sobretudo ser um homem marginal, em muitos aspectos um estranho ao grupo. (...) A meu ver, essa posição de estranho é um fator mais importante que a efervescência biológica para explicar a mutabilidade e receptividade, e tende a coincidir com atitudes de alienígenas de outros grupos e indivíduos que, por outras razões, vivem à margem da sociedade. (ibidem: 75)

É na medida em que se vê confrontada na esfera pública com valores e práticas exigidas pela sociedade tão distintas daquelas que aprendeu no seio familiar que a juventude se coloca numa posição de perplexidade e rebeldia.

O fato decisivo acerca da puberdade, sob nosso ponto de vista, é que a mocidade entra nessa quadra na vida pública e na sociedade moderna e é então que ela se vê confrontada pela primeira vez com o caos das valorizações antagônicas. Está provado que nas sociedades primitivas se desconhecem os conflitos mentais de nossa juventude, pois não há uma separação radical entre as normas ensinadas pela família e as que predominam no mundo dos adultos. A maior sensação de conflito de nossa mocidade é apenas reflexo do caos que prevalece em nossa vida pública, e a perplexidade conseqüente é uma reação natural do espírito inexperiente. Para nossa apreciação, não é tanto a maior sensação de conflito da juventude que interessa, mas outra face da mesma situação em que ela se depara: no contexto de nossos problemas, o fato relevante é que a juventude chega aos conflitos vindos de fora. E é este fato que faz da juventude o pioneiro predestinado de qualquer mudança da sociedade. (ibidem: 74)

Outro autor que compartilha desta visão acerca da motivação da rebeldia juvenil é Eisenstadt (1956, *apud* Ianni, 1968), aliás, ele é um dos principais defensores desta tese, bem sintetizada no seguinte parágrafo:

Enquanto o conjunto de normas do sistema social harmonizar com o da família, a transferência das identificações e a extensão da solidariedade é um processo relativamente suave, pois que o indivíduo é preparado para realizar plenamente seu *status* dentro do sistema social, através de padrões de comportamento adquiridos no seio da unidade familiar. Quando, todavia, os princípios integrativos fundamentais da estrutura social diferem daqueles que regulam a família, esta passagem suave da família para outros grupos é impossível, pois que o indivíduo precisa mudar de padrões de comportamento num certo ponto de sua vida, a fim de se tornar apto para preencher plenamente o seu *status* no seio da sociedade (EISENSTADT, *From Generation to Generation*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1956: 43 *apud* Ianni, 1968: 227)

Mas Mannheim faz uma ressalva: a juventude não é, por natureza, nem progressista nem conservadora. Tal caracterização da juventude depende da forma com que a sociedade a possibilita usufruir de sua potencialidade transformadora. A juventude “é uma potencialidade pronta para qualquer nova oportunidade” (MANNHEIM, 1968: 74). É por isso que Mannheim avalia que a Inglaterra, em específico, tem que reorientar-se para despertar na juventude suas potencialidades em prol do desenvolvimento e consolidação das transformações que essa passa. Tal movimentação possui na educação suas principais bases. “(...) Essa orientação integral sobre a juventude, está claro, não se limita a fomentar um movimento juvenil de âmbito nacional; também afetará todo o nosso sistema educacional, já que este terá de ajudar a educar uma geração inteira para tarefas inteiramente novas” (ibidem: 88).

Segundo Mannheim, nas sociedades estáticas a educação é marcada pela simples transferência de tradições, seus métodos de ensino são basicamente cópia e repetição (ibidem: 72), porém nas sociedades dinâmicas, como pretende que a Inglaterra se torne, o papel da educação e das escolas públicas

(...) certamente deve ser o de atuarem tanto como conservadoras dos elementos valiosos da herança cultural quanto como receptoras do estímulo entusiástico e da vitalidade que sempre parecem caracterizar as classes em ascensão (...). Por conseguinte, não é bem adequado dizer que a principal tarefa das ‘escolas públicas’ deve ser a de ampliar a base social de seleção e, assim, simplesmente assimilar o melhor das classes em ascensão, mas estabelecer uma relação ativa de concessões mútuas entre adolescentes de diferentes camadas sociais. Vista deste ângulo, é das mais inspiradoras a missão de aproveitar a idade da camaradagem espontânea e suas potencialidades como fonte de nova síntese social e regeneração espiritual de uma nova era. Se as ‘escolas públicas’, ao invés de se converterem em baluartes dos privilégios, tornarem-se cômicas

dessa missão e a ela corresponderem, sua contribuição será indispensável na reconstrução de nossa ordem social e na criação de uma vida nova. (ibidem: 86)

Isso porque a tarefa que Mannheim visualiza para a juventude na Inglaterra é “tornar-se a força desbravadora de uma democracia militante. Dentro do país, sua tarefa é demolir aquela frustração mental (...). No exterior, sua missão é de tornar-se a pioneira que levará a idéia a um mundo ansioso por uma solução para o problema social.” (ibidem: 87)

Uma sociedade estática pode dar-se a luxo de deixar passar despercebida a puberdade, sem realmente conseguir a integração por meio de uma finalidade unificadora e sem lhe atribuir uma função histórica. Mas uma sociedade dinâmica não pode passar sem essa grande riqueza na espiritualização de seus objetivos. Se os que terão de viver dentro da nova ordem, os que tem de disseminar sua idéia – com efeito, a mocidade – não forem agitados por ela, a vindoura reconstrução social nada mais será do que um conjunto de novos regulamentos estabelecidos sem a colaboração do povo. Para que a juventude se torne realmente precursora da nova causa, só uma orientação nacional dela nos auxiliará. (ibidem: 88)

Tal orientação nacional, para Mannheim, deve se basear no modelo (não enquanto *conteúdo*, mas enquanto *forma*) das organizações juvenis dos Estados totalitários (Alemanha, principalmente). A Inglaterra, a exemplo de tais Estados, deveria criar estruturas que conformam a juventude como uma força social e política unificada cuja orientação ideológica é o desenvolvimento nacional, não só no âmbito econômico, mas principalmente na formulação de novos valores sociais (ibidem: 88). Os “novos valores sociais” reivindicados por Mannheim é o que ele chama de *Terceira Solução*, o que no Brasil é mais conhecido por *Terceira Via*. É nesse momento que compreendemos com maior clareza aonde Mannheim quer chegar com a idéia de “relação recíproca” entre juventude e sociedade: para o autor a sociedade tem que fornecer à juventude os instrumentos adequados, através da formação educacional e de apoio estrutural (na configuração de organismos juvenis), para que a juventude possa retribuir à sociedade com a tão esperada transformação e progresso correspondentes a formação que teve.

(...) como o método político de transformação será reformista e não revolucionário, e como nada semelhante à idéia de luta de classes, guerra racial ou guerra imperialista terá de atrair os indivíduos, o padrão da educação e o espírito do movimento juvenil terão de ser formados obedecendo a esses princípios (ibidem: 90).

A concepção de atuação política da juventude de Mannheim é, portanto, muito mecânica. Por não fazer uma análise de classes dos interesses em disputa na sociedade ao mesmo tempo em que avalia o jovem como não possuidor de interesses próprios e portador de uma potencialidade, inata, de transformação social, a juventude de Mannheim é pouco mais do que massa de manobra dos demais agrupamentos sociais ou mesmo do Estado, quando ela, desinteressada e acriticamente, se coloca em luta pelos interesses destes.

O primeiro e mais grave erro de Mannheim é compreender que o jovem “vem de fora” da sociedade e que não possui interesses próprios. O “não possuir interesses próprios” não se sustenta a uma simples conversa com qualquer jovem. Mesmo que ele não tenha clareza de até onde pode almejar chegar e como fazer isso, o jovem possui interesses sim, a despeito de a juventude como uma categoria social não ter um projeto. Dizer que a população de um determinado país não tem um projeto social que a unifique e lhe dê identidade não pode ser confundido com as pessoas daquele país não terem interesses. O mesmo se aplica a juventude, enquanto categoria, não ter projeto que a unifique e caracteriza, e o jovem não ter interesses. Aliás, aqui ainda cabe um questionamento: que projeto seria esse, capaz de unificar e caracterizar toda uma população ou mesmo toda a juventude de um determinado país? Ele é possível? Quando se despreza a luta de classes, corre-se o risco, quase incontornável, de não enxergar na sociedade interesses concretos em disputa, estranhando-se assim, qualquer adesão a projetos que não sejam de valorização do Estado e de conciliação de classes (projeto esse que possui a Terceira Via como sua mais conhecida expressão).

Ainda sobre a descrição de juventude como desprendida de interesses, podemos sinalizar uma contradição em Mannheim, pois ele pontua ser próprio da juventude “não aceitar como natural a ordem estabelecida”. Oras, só o questionamento e enfrentamento a ordem pode ser argumento para tal tese. Uma vez que haja o enfrentamento e o questionamento em significativas proporções saídos do seio da juventude, a juventude *possui o interesse* na derrubada, ou ao menos transformação, da “ordem estabelecida”, e neste caso, a juventude não poderia ser tomada como desprendida de interesses.

Sobre a questão de a juventude vir a sociedade “vinda de fora”, Mannheim demonstra ignorar, que como ser social, o indivíduo não “vem de fora”, se “constrói dentro” da sociedade. Aliás, o ser humano só é um indivíduo (e, portanto, um ser social) por, desde sua existência, estar *integrado* ao sistema e por todo momento de sua vida compor espaços socializantes como escola, família, clube, trabalho, igreja, etc. É a partir desses espaços socializantes que o sujeito percebe o mundo e se percebe no mundo. Insere-se aí mais uma contradição de Mannheim, pois ao reivindicar que é necessária uma mudança na educação para a consolidação de uma “outra juventude” (condizente com os projetos sociais que deverá abraçar), o autor explicita a escola como um espaço pelo qual o jovem se faz presente na sociedade e vice-versa. Não cabe dentro desta compreensão de educação um indivíduo (qualquer que seja sua idade) *fora* da sociedade. Tal concepção de educação pressupõe uma integração de todos os indivíduos na sociedade (tal integração pode se dar de diferentes formas, inclusive por formas destrutivas).

Ao fazer uma análise que não considera a existência de classes sociais com interesses antagônicos em luta, o autor tende a ver os conflitos como meros “ajustamentos” do *organismo social* a um novo elemento ou a uma nova conjuntura.

Capítulo 3:: Sociologia da Juventude:: Otavio Ianni O Jovem Radical::

Outro artigo na Coletânea Sociologia da Juventude que traz um debate mais aprofundado sobre as razões da mobilização juvenil é o artigo *O Jovem Radical*, de Ianni (1968). Diferente de Mannheim a juventude que está em foco é a brasileira, apesar de o autor fazer um esforço de dialogar com movimentos juvenis de outros países, numa tentativa de configurar a sua tese com um caráter mais geral. Ianni parte da realidade das mobilizações estudantis contra a ditadura militar, instaurada no Brasil em 1964, e, a partir destas, expande sua análise para toda a juventude das sociedades capitalistas.

A despeito de analisar as movimentações estudantis brasileiras da década de 1960, Ianni (1968) não trabalha com o conceito de estudantes, e sim com o de juventude. Em nenhum momento de sua análise Ianni discute o papel da educação e sistema educacional. As questões que balizam a nossa análise da obra deste autor poder ser resumidas em:

- Qual a concepção de juventude que Ianni mobiliza na sua análise?
- Qual é o papel do jovem nas sociedades capitalistas? Como se dá o processo da juventude se tornar agente político? Qual é a caracterização da atuação juvenil na realidade?

Entendemos que a divisão destas perguntas é meramente didática e ilustrativa, uma vez que ao se aprofundar numa resposta, inevitavelmente, cai-se na outra. Não nos preocuparemos, assim, em respondê-las em dois blocos distintos.

Ianni (1968) começa o seu já referido artigo com uma afirmação categórica que demarca claramente o recorte temporal que ele analisa: “a história *do regime capitalista tem sido a história do advento político da juventude*” (225, grifos do autor). Não podemos esquecer a importância crescente que assumia as organizações juvenis e estudantis na Europa, nos Estados Unidos e na América Latina na década de 1960, em

especial no ano em que Ianni escrevia: 1968, e também a significativa importância política que assumiu as organizações juvenis nazistas e fascistas das décadas precedentes, em seus respectivos países (caracterizadas pelo autor como exemplos de radicalidade juvenil de direita)⁴. Porém o fato é que Ianni generaliza esse momento histórico para toda a história do capitalismo, não dando conta de explicar os momentos em que a ‘apatia’ da juventude não é restrita a alguns indivíduos, mas é a regra social.

De um modo mais geral Ianni compreende que, socialmente, a juventude possui um papel, delegado pela geração anterior, que é de dar continuidade aos processos desencadeados, ou iniciar aqueles que os adultos não foram capazes de efetivar. Ou seja, Ianni trabalha com a tese de que a juventude é necessariamente politizada.

O grupo dos adultos atribui à juventude a função de preservar e renovar, segundo o sistema presente de valores, instituições e ideais coerentes com o ‘*status quo*’. Ela [juventude] é preparada para realizar o que os ‘velhos’ não teriam conseguido concretizar. (...) É necessário [para a burguesia] que os jovens sejam políticos, sim, mas de conformidade com os ideais dos grupos dominantes, interessados na preservação da conjuntura presente. Qualquer outra atuação é danosa e denuncia como ‘desvio’ da condição real da juventude. Neste sentido, os jovens são fortemente influenciados pelas concepções que os adultos tem de si, isto é, da missão do cidadão conformado com a presente estrutura de dominação. (IANNI, 1968: 231; grifos do autor)

Para Ianni, a juventude, diante da polarização intrínseca às sociedades capitalistas e cada vez mais acirrada entre as classes fundamentais, a singularidade do comportamento juvenil, a saber, seu *radicalismo*, se torna fundamental e decisivo nos processos e movimentos sociais.

Em cada país em que se desenvolve o sistema capitalista de produção, os jovens assumem importância crescente no campo da ação política. Para instaurar-se ou durante o seu desenvolvimento, o capitalismo *transforma de maneira tão drástica as condições de vida* dos grupos humanos que a juventude se torna rapidamente um elemento decisivo dos movimentos sociais, em especial das correntes políticas de direita e de esquerda. E são nestas duas polarizações que a singularidade do comportamento político do jovem se tem revelado mais abertamente, abrindo possibilidades a uma interpretação globalizadora (ibidem: 225; grifos do autor)

⁴ A pesar de citar como possibilidade o radicalismo juvenil de direita, Ianni (1968: 226) não trabalha esse fenômeno no artigo, se prendendo exclusivamente as mobilizações de esquerda das classes mais abastadas da sociedade brasileira. A única referência que Ianni aponta acerca do radicalismo de direita protagonizado pelos jovens é a organização juvenil nazi-fascista.

O *radicalismo* da juventude assume tal importância pois ele é, para Ianni, uma manifestação da tomada de consciência do jovem a respeito de sua condição alienada e de sua imersão num sistema contraditório.

O radicalismo político é a manifestação de um tipo peculiar de consciência social, isto é, histórica, desenvolvida pelo jovem em condições determinadas; *exprime a apreensão, pela consciência, dos primeiros sintomas da própria alienação, que se manifesta já no próprio lar.* (...) quando o imaturo apreende intelectualmente as contradições entre os valores que lhe são inculcados e o comportamento efetivo dos que os preconizam, então se dá o primeiro choque criador. Nesse momento descobre que sistema em que está imerso contém inconsistências que a sua compreensão não pode provar, ou ainda não está em condições de aceitar. (ibidem: 230 – grifos do autor)

Tal processo se dá na juventude, pois é neste período da vida que o indivíduo, ainda imaturo socialmente, se insere no processo produtivo criando, assim, as condições para que ele perceba a totalidade da realidade social e suas inconsistências.

A consciência da alienação do jovem, produzida muitas vezes quando ele apenas começa a desenvolver ações sociais inerentes a papéis de adultos – portanto, inseridos no processo produtivo – é a maneira pela qual são estruturados os elementos da situação (...). É um momento da sociabilidade produzida por condições objetivas, atuais e prospectivas. (ibidem: 242).

Ainda segundo Ianni (1968), é neste momento, em que o jovem passa a se inserir no processo produtivo, que ele começa a se inserir também nos conflitos sociais. Na medida em que passa a questionar a sociedade e a estrutura vigente o jovem desenvolve o comportamento dito radical, que é radical por visar uma transformação social profunda, geralmente contrariando os interesses de sua classe de origem.

Jovens procedentes das diversas camadas sociais desenvolvem atuações políticas *geralmente incompatíveis com os interesses de suas classes.* Essa é uma das contradições das sociedades estruturadas em termos da democracia burguesa. *Nelas o processo de incorporação dos grupos imaturos não é automático e espontâneo. Ao contrário, ele se realiza por meio de mecanismos complexos, que nem sempre apanham plenamente o indivíduo.* Isso faz com que haja fases da vida do jovem nas quais ele se encontra como que ‘desvinculado’, isto é, em processo de ajustamento, com relação às polarizações dos interesses e ideais de sua classe. É nessa ocasião que o imaturo pode ser alcançado, como tem sido, por doutrinas políticas *contraditórias com os interesses de sua classe*, ou com a preservação da conjuntura presente, desenvolvendo-se, então, o comportamento radical. Na maior parte dos casos, esse comportamento é o

produto de uma consciência peculiar da condição social do próprio jovem, da sua situação de classe e da sociedade global. (ibidem: 226; grifos do autor)

Destas considerações podemos compreender que a juventude se torna agente político, ainda que imaturo, no momento em que se choca com as contradições sociais existentes entre aquilo que lhes é cobrado e o que lhes é permitido e, a partir daí, toma consciência de seu “tolhimento” e de sua alienação⁵. “Quando se manifestam as contradições chocantes entre o que os adultos esperam dos imaturos e o que estes efetivamente podem realizar, nesse instante deflagra-se um processo intelectual destinado a revelar a face essencial da condição humana no sistema capitalista” (ibidem: 232). Mais que isso, para Ianni, a juventude assume importância como agente político por conta do radicalismo, intrínseco e singular de sua tomada de consciência. “No instante em que a consciência das contradições inerentes à situação se estrutura, o jovem passa a canalizar politicamente a sua ação, transformando-se em agente dinâmico da história” (ibidem: 236).

Se compreendermos que a sociedade capitalista possui contradições insuperáveis dentro de sua estrutura, e que, portanto, os conflitos sociais só poderão ser superados com uma transformação profunda desta (formulação esta que é pressuposto teórico de Ianni, que é marxista), compreendemos o papel que cabe à juventude na formulação de Ianni: a juventude de Ianni possui a tarefa histórica de revolucionar o presente. É por isso que para Ianni a juventude de origem burguesa e de classe média (na qual o autor centra seu artigo) se coloca *geralmente contrária aos interesses de sua classe de origem*. Podemos então concluir que para Ianni a característica juvenil de radicalidade é mais incisiva na atuação do indivíduo do que sua origem de classe, visto que na juventude, por ser imaturo e não estar completamente imerso no sistema produtivo, o jovem não possui um pleno pertencimento de classe.

Se olharmos o período histórico em que Ianni escreve, descobriremos que neste período, 1968, os estudantes, em especial os universitários (oriundos das classes mais

⁵ “O jovem radical é um produto natural do sistema em que se encontra imerso. O seu radicalismo produz-se exatamente no momento em que ele próprio descobre que o seu comportamento é tolhido, prejudicando, e, muitas vezes, *deformado institucionalmente*” (IANNI, 1968: 238 – grifos do autor).

abastadas) se colocam no centro da cena política mundial, abrindo espaço para movimentos de potencialidades efetivamente transformadoras. Tais estudantes protagonizaram as principais marchas contra ditaduras e repressão governamental. Ianni se deixa contaminar pela auto-imagem do movimento estudantil atribuindo a toda a juventude (como se essa fosse um todo homogêneo) um caráter que ignora a especificidade do período histórico, generalizando-o para todos os momentos e movimentos juvenis. Com isso Ianni valoriza excessivamente a forma e auto-imagem dos movimentos estudantis em detrimento do conteúdo e pluralidade de suas reivindicações.

No final de seu artigo, Ianni, tenta responder o que aparece como uma fragilidade de sua tese: diante da caracterização colocada, como se explica os jovens apáticos politicamente e os jovens que abandonam, quando adultos, suas bandeiras e lutas? Ianni tenta responder esta questão desmembrando-a. Primeiramente, como o jovem não está totalmente inserido no processo produtivo, ele sofre diversas pressões da sociedade para que ele se enquadre dentro dos padrões de sua classe (universidade, emprego, clube e família são exemplos citados por Ianni de instâncias que auxiliam neste processo), assumindo assim, por vezes, posições políticas divergentes, quando adultos, de suas posições juvenis. “A medida que a pessoa se torna adulta, vai sendo preparada para o desempenho de papéis sociais condizentes com o *status quo*” (ibidem: 239).

Quanto aos jovens apáticos politicamente Ianni confere um caráter de excepcionalidade ao fenômeno, o que não corresponde à realidade. Proporcionalmente os jovens, que assumem uma postura radical, de enfrentamento são em número muito inferior ao conjunto de jovens que se mantêm conformados ao sistema social. Porém cabe destaque ao argumento levantado por Ianni:

Há aqueles que entram no período da adolescência *sem apresentar qualquer tendência a desenvolver uma atuação política radical. São indivíduos que ou não manifestam qualquer sintoma de inconformismo ou passam a assumir atitudes que ainda que socialmente reprovadas, não possuem a menor significação política* (ibidem: 240).

Capítulo 4:: Marialice Foracchi

O Estudante e a Transformação da Sociedade Brasileira::

Marialice Foracchi (1965), com *O Estudante e a Transformação da Sociedade Brasileira*, deixa explícito que um de seus objetivos é “desvendar tanto aquilo que nas representações dos estudantes surge como motivo real da ação, quanto aquilo que, no contexto da situação global, impõe-se, objetivamente, como o resultado da ação” (Foracchi, 1965; 4). Foracchi busca aprofundar a análise para além do que é aparente nas movimentações estudantis. Para isso o primeiro movimento da autora é a *caracterização sociológica do estudante*, a partir daí analisa o ME. A tese central da autora é que o ME está imerso na luta de classes e representa a sua classe de origem, a classe média.

Não é prudente esquecer que esta análise foi feita na década de 1960, antes de 1968. A autora faz sua análise sem presenciar o ápice (que já se desenhava) do movimento estudantil de combate à ditadura e constituição de um corpo de movimento, pois os estudantes já se colocavam com firmeza na cena histórica nacional.

Não estamos, com efeito, em face de uma situação pouco complexa, caracterizada pela irresponsabilidade ou pelo arrebatamento de um grupo de jovens, mas diante de um processo que atravessa a sociedade brasileira e que, focalizado no contexto da ação estudantil, sugere aspectos fundamentais da ambigüidade do momento histórico que vivemos no presente (FORACCHI, 1965: 287).

Em seu livro, Foracchi utiliza “dados coletados de modo direto e observação sistemática”. Através destes dados Foracchi aponta que a forma pela qual o estudante se vincula com sua classe e, portanto, se insere na sociedade, o que se dá, primeiramente, pelo intermédio da *família*.

Foracchi insiste muito no decorrer da sua obra na demarcação dos vínculos que inserem o estudante na classe média. O primeiro vínculo que o estudante se depara, como já dissemos, é a família. A relação com a família é o primeiro contato que o jovem tem com a classe, passando a caracterizar a sua classe da mesma forma que percebe as relações sociais estabelecidas pela sua família. O vínculo que se consolida a partir das

relações familiares é caracterizado por Foracchi como *relações de dependência* e de *manutenção*.

As relações de dependência podem ser percebidas através do sentimento inculcado no estudante de “obrigação de agir de acordo com as expectativas familiares” – expectativa de responsabilidade e de retribuição. Tais expectativas garantiriam o pertencimento do estudante na família, mesmo a distância, fazendo o estudante agir de acordo com a sua classe de origem, a classe média.

“A dependência significa um tipo de relação social no qual os laços de reciprocidade se transformam em compromissos de retribuição, situação social em que está presente um estilo de convivência peculiar ao grupo, explicitando vínculos que reproduzem as tensões atuantes no sistema inclusivo, variam socialmente e se refletem no comportamento individual dos participantes. Assim, esses laços não apenas representam as expressões variáveis do comportamento humano, mas, com referência à sociedade de classes, denotam as condições sociais objetivas de sua realização” (AUGUSTO, 2005).

Na busca de uma autonomia com relação a família (e rompimento com as relações de manutenção) alguns os estudantes se tornam *unidades autônomas de manutenção*, ou seja, se sustentam sem a ajuda familiar.

Na situação de trabalho, o jovem espera encontrar recursos que favoreçam sua emancipação da família em termos de manutenção, experiência suficiente para orientá-lo no desempenho dos papéis profissionais e amplitude de contatos que o encaminhe profissionalmente e lhe possibilite usufruir a situação de classe e não apenas a situação familiar (FORACCHI, 1965: 156).

Porém Foracchi faz uma ressalva: os vínculos previamente estabelecidos não são desfeitos por completo, uma vez que os laços familiares permanecem exercendo uma pressão sobre o estudante como forma de perpetuar os vínculos afetivos e a expectativa de retribuição (vínculos familiares permanentes). Sacrifício executado pelos pais para que o estudante pudesse cursar a universidade apresenta-se como o principal argumento desta pressão familiar. Foracchi também destaca que este vínculo é muito menos explícito quando não existe mais o vínculo de manutenção.

As implicações negativas do vinculamento ficam como que ocultas nessa situação e só transparecem claramente à análise quando compreendemos o jovem estudante como peça do sistema, com interesses criados, compromissos firmados

e, por fim, quando ele próprio percebe tais contingências como limitações ao seu projeto (ibidem: 157).

Ao mesmo tempo, Foracchi compreende que o estudante que trabalha e se mantém sozinho, como *unidade autônoma de manutenção*, não consegue usufruir plenamente de uma vida universitária. O estudo para esse jovem acaba sendo secundário, e, portanto, a esse jovem não é mais possível a identificação linear com a categoria social *estudante*, ele é primeiramente trabalhador e organiza sua vida e reivindicações sociais em torno disso.

Depender economicamente da família equivale, para o universitário, a algo mais profundo do que o simples custeio material da manutenção. Representa submeter-se a um sistema de compromissos e pressões, ou seja, estar de tal forma articulado que até as manifestações da vontade individual são controladas. Aqui está o sentido ambíguo da dependência a que antes nos referimos: só na qualidade de totalmente mantido é que o jovem dispõe de condições para ser um estudante. (...) Como ser estudante, e portanto, categoria social independente, se não é possível deixar de ser, ao mesmo tempo, jovem dependente, submisso e comprometido? (ibidem: 28)

Para fechar a análise sobre vínculos entre os estudantes e suas famílias, faz-se necessário lembrar que toda a pressão que o estudante sofre para se manter vinculado aos interesses familiares e ao sistema se dá porque o estudante, enquanto categoria social, representa para a família e para sua classe a continuidade e possibilidade de ascensão social. “Os pais fizeram tudo quanto podiam, conseguindo muito pouco em troca e desgastando-se nesse processo. Aquilo que obtiveram realizaram através dos filhos, agentes potenciais para ‘exercer mais tarde, alguma influência na sociedade’” (ibidem: 25; grifos nossos). O estudante é uma peça fundamental nas relações da família com o restante do mundo, uma vez que é ele a esperança de ascensão social da família (por conta da possibilidade eminente da ampliação de contatos)⁶. Isto se dá, em partes, pela percepção do estudante e da educação como “capaz de propiciar a ascensão social, tanto do indivíduo como do grupo” (AUGUSTO, 2005). Podemos lembrar ainda da importância que a defesa da Escola única (e o estudante é um agente central desta luta) tem na luta ideológica pela distinção entre trabalho manual e não-manual, distinção essa

⁶ Vem daí, inclusive o entendimento de Foracchi de que a transformação do jovem em estudante caminha em paralelo ao processo de afirmação da classe média no sistema global.

que é a base da existência da classe média. A existência de uma educação pública gratuita e obrigatória “é a via de difusão, por toda a sociedade capitalista, do Mito da Escola-única, arma fundamental da luta ideológica que a classe média trava com vistas a promover a sua valorização econômica e social” (SAES, 2005), tal valorização se dá pela difusão do “culto a meritocracia” (Ibidem).

Segundo Pereira (2006) a insatisfação com o curso escolhido e com o projeto de carreira (que se mostra impraticável) são as principais motivações estudantis assinaladas por Foracchi. Tal insatisfação estaria relacionada à frustração com os conteúdos estudados, à falta de didática docente, à precariedade estrutural e à excessiva burocratização da universidade. Tais características constituiriam obstáculos para mudanças necessárias na universidade, com vistas a diminuir a distância entre a formação oferecida pelas instituições, as exigências do mercado de trabalho e as necessidades básicas da maioria da população brasileira.

A resposta possível e a resposta adequada à indagação inicial – porque o jovem estudante se engaja numa ação de conteúdo radical – devem ser procuradas e formuladas nos limites da própria condição social de estudante, isto é, nas fronteiras do seu vinculamento e envolvimento ao sistema que o produz. É, enquanto *projeto de profissional*, é, enquanto categoria transitória, ciente da sua transitoriedade e, convencida, por isso mesmo, que sua razão de ser o seu projeto e que a *carreira é o seu projeto*, que o estudante pode desvendar, no ato de superação da sua própria condição restrita, os caminhos da emancipação, como meta e como destino. Por essa razão importa investigar os fatores e as condições sociais presentes na elaboração do seu projeto de carreira e como, através dele, o estudante atinge o limite da sua condição transitória. (FORACCHI, 1965: 172; grifos da autora)

O conteúdo da crítica preliminar que o estudante faz ao curso, denuncia o contraste existente entre as aspirações que alimenta e, as expectativas que incorpora e as exigências da formação profissional que o curso, mesmo sem concretizar, aponta a sensação que prevalece nas primeiras fases do curso é de burla: o estudante sente-se como que logrado por suas próprias aspirações. Vê-se lançado, em definitivo, numa situação que só conhecia através de representações que agora, reconhece serem parciais. Com mais frequência do que se julga, o jovem opõe a suas aspirações às expectativas da família, fundadas numa imagem fragmentada e idealizada da verdadeira formação profissional. (...) Em razão das condições que norteiam a superação da sua situação de origem, e em razão, portanto, de não ter podido, nas fases iniciais desse processo utilizar-se da formação universitária como fator de afirmação social, a família não pode formar

uma imagem *real* da profissão, tendo de oferecer ao jovem sua versão idealizada da mesma. (...) Essa imagem fragmentada é, dentro de certos limites, compartilhada pelo jovem que se dirige ao curso universitário. Este, por causa das exigências formais estipuladas para sua consecução exigências essas que no geral são rígidas e seletivas, é responsável pela redefinição inicial da imagem da carreira (ibidem: 186).

No enfrentamento à estrutura e às deficiências da Universidade e do curso⁷ o estudante começa a ampliar sua percepção da sociedade e dos limites de seu projeto de carreira. O estudante passa a compreender que ele precisa modificar a sociedade como um todo, e não somente o seu curso.

As reivindicações de carreira levam o estudante a perceber, gradativamente, que as implicações sociais da sua ação são amplas, ou seja, que *mais o que o padrão vigente de carreira, o que ele realmente deseja transformar é a ordem que o produz assim*. Ou, em outras palavras: o que, na verdade, ele precisa modificar é a ordem social que sustenta este padrão corrompido de carreira. (ibidem: 201; grifos da autora).

E completa:

(...) as reformas que os estudantes reputam indispensáveis não incidem única e diretamente sobre o curso. Este, conforme transparece nas representações, é tão somente o quadro social de referência, a situação mediadora, na qual as necessidades da formação intelectual e os requisitos da atuação profissional são projetados sem que possam ser atendidos. As deficiências atribuídas ao curso relacionam-se, por conseguinte, com a limitação das modalidades existentes de participação na sociedade global e com o propósito de redefini-las na atuação profissional (ibidem: 190).

Ou seja, é na elaboração de seu projeto de carreira que objetivando a emancipação, que o estudante percebe as limitações e barreiras sócio-econômicas e, pressionado entre agir de acordo com as expectativas e a percepção de limitações para o desenvolvimento do seu projeto de carreira, coloca-se em atrito com os ‘adultos’. Este atrito pode culminar tanto em uma acomodação por parte do estudante frente ao *status quo* e as limitações ao seu projeto de carreira, como pode culminar num ‘ensaio de emancipação’ referente à família e luta para a superação de tais empecilhos. Neste último

⁷ “Não se trata do curso, enquanto preparo profissional *strictu sensu*, no que se relaciona como aspecto técnico mas ao curso enquanto formação, no sentido amplo, como meio de atuar sobre a sociedade brasileira” (Foracchi, 1965:188).

caso, o projeto de carreira corresponderia a uma “manifestação preliminar da consciência de classe, fazendo com que o estudante procure encontrar direções mais nítidas de participação” (ibidem: 218). Para Foracchi, o estudante que desenvolve seu projeto visando a alteração do padrão dado de atuação profissional, não tem somente como objetivo as “modificações de curso ou de currículo, mas já está em condições de radicalizar o seu engajamento, ou seja, de identificar-se com grupos que lutam pela transformação da sociedade” (ibidem: 218).

Esse engajamento do estudante com outras forças é fundamental para o movimento estudantil, segundo Foracchi, uma vez que o estudante não é por natureza o agente humano que conduz a transformação da sociedade e “sua atuação só adquire expressão renovadora quando associada com outras forças de renovação, sua força só ganha vitalidade quando integrada a um processo já desencadeado” (ibidem: 3). O movimento estudantil, não é revolucionário por si só, uma vez que as reivindicações estudantis são marcadas por apresentarem um cunho democrático-burguês, de ampliação ou manutenção de direitos sociais, mesmo que para consegui-las fossem realizadas ações que afrontassem as instituições, assumindo, por vezes, ares e ímpetos revolucionários. Mas é fundamental, para a transformação revolucionária da sociedade, o envolvimento dos estudantes na luta das classes oprimidas.

É através do engajamento político que Foracchi (1965) visualiza a única possibilidade de *individualmente* o estudante operar uma *opção de classe*, superando sua condição estudantil e seus vínculos com a classe média.

Há, segundo a autora, duas formas de atuação do estudante. A primeira é quando o estudante está vinculado a um partido, ou seja, quando o estudante está organizado; a outra forma são os estudantes que se dizem independentes de partidos políticos.

Para Foracchi os ‘independentes’ estão mais ligados com os interesses e reivindicações da sua classe social (a classe média), pois estão muito ligados às suas preocupações pessoais. A este tipo de atuação Foracchi dá o nome de ‘participação política do intelectual’, ou então ‘radicalismo neutro’ (ênfatizando a ambigüidade política da classe média). Para ela os objetivos, programas e valores deste grupo de estudantes são

os mesmos da classe que pertencem, são os mesmos ideais e objetivos da pequena-burguesia.

A ambigüidade da pequena-burguesia, entrevista pela análise do movimento estudantil, apresenta, por conseguinte, algumas características singulares: *a)* negação da classe como condição determinante da ação; *b)* afirmação da prioridade necessária da consciência sobre a ação; *c)* a preocupação de lastrear a ação em reivindicações específicas e parciais. Essa esquematização nos possibilita reconhecer, em linhas gerais, alguns limites socialmente interpostos à *práxis* pequeno-burguesa: 1) o confinamento estrutural lhe permitiria atingir, apenas de modo indireto, a sociedade como um todo; 2) a ambígua polarização ideológica e o sentido paradoxal do seu engajamento equivaleriam a manifestações sociais da impossibilidade estrutural de reconhecer-se e de agir política e unitariamente como classe; 3) a delimitação do alcance social da ação se expressaria através da atomização desse estilo de *práxis* em categorias socialmente transitórias, como o estudante, por exemplo (ibidem: 291).

É por achar que ação dos independentes não é ‘renovadora’ que Foracchi atribui o trabalho de politização da base à vanguarda, aos partidos do movimento estudantil. Foracchi sinaliza ainda a situação de greve como a mais propícia para a politização da categoria, visto que nela a vanguarda se dissolve na base.

A falta de politização da base é levantada como um problema do movimento estudantil, para o qual a autora atribui a responsabilidade pela caracterização dada ao movimento estudantil de manipulável (que ela muitas vezes refere como ‘flexível’), pois o movimento estudantil acaba por precisar “do suporte ou da pressão de grupos ‘exteriores’ ao movimento estudantil capazes de lhe imprimirem conteúdo e direção” (ibidem: 236). Para Foracchi é a partir da relação com estas outras forças renovadoras (aliança estudante-operário-camponês, por exemplo) e da *vanguarda estudantil* que o movimento estudantil estabelece seus rumos, objetivos, seu valor... “mesmo grupos estudantis mais radicais nos seus pronunciamentos se mostram dispostos a aceitar o que denominam como sendo ‘a liderança do proletário’” (ibidem: 293), o que para ela demonstra que a consciência da condição de coadjuvante é relativamente propagada no movimento estudantil.

Marialice Foracchi conclui que os jovens não são as ‘gerações vindouras’, que possuem a função de simplesmente substituir as gerações mais velhas, mas são “as camadas que tentam entrar na cena histórica, assumindo a história como tarefa” (ibidem:

285). Por isso as reivindicações dos jovens, seja quais forem (estudantis ou não, justas ou não) serão sempre chamadas de “subversivas, atentatórias à ordem natural do mundo social”, como se fosse próprio da juventude o anseio por transformações, melhorias e com isso acreditando que “tais propósitos não devem ser alimentados ou levados em consideração. Insistem em lançar à juventude uma irresponsabilidade que não é só dela e que eles próprios negam ao considerá-la eminentemente reivindicativa. No fundo, o que pretendem ignorar não é tanto o jovem irresponsável mas os propósitos de que ele é porta-voz insistente” (ibidem: 285). Para Foracchi o jovem é o ‘denunciador implacável’ de todas as formas de opressão.

Um ponto importante no qual a autora não se debruça muito, trabalhando apenas em cima com exemplos, não elaborando, portanto, nenhuma conclusão mais definitiva, é a questão do interesse de classe embutido nas reivindicações estudantis que mostradas como universais (reivindicações de todos os oprimidos), como, por exemplo, o aumento de vagas nas universidades, só que esta fala esconde que quem se beneficiará deste aumento do número de vagas será em sua maioria esmagadora é a classe média e não os operários e camponeses. Contudo não é o fato de o estudante pertencer à pequena-burguesia, ou mesmo pelo fato da práxis estudantil ser uma práxis pequeno-burguesa que as suas ações serão destituídas das suas virtualidades inovadoras ou mesmo neutralizadas de sua intenção ‘revolucionária’. Mas ter consciência deste fato (do interesse de classes embutido nas reivindicações estudantis), segundo a autora, possibilita particularizar as ações estudantis em suas proporções reais.

Num primeiro momento a autora se debruça na tarefa de elucidar as amarras que prendem o estudante à classe média. Posteriormente a autora elucida uma possibilidade de o estudante romper com tais amarras a partir da tomada de consciência sobre as mesmas obtida na mobilização, porém essa passagem é colocada de forma muito frágil por Foracchi, não ficando claro quais os limiares deste processo de ruptura do estudante com a sua classe. Compreendemos que tal passo se daria mediante ao ingresso em organizações partidárias de trabalhadores, mas também não é claro se o ingresso nestas organizações é suficiente, na análise de Foracchi, para o estudante romper com seus vínculos de classe, mesmo porque os vínculos de afetividade com a família permanecem, o emprego na área de formação, etc.

Foracchi ao longo de sua obra muitas vezes mistura pequena-burguesia e classe média, não ficando muito claro o conceito que ela estava mobilizando. É possível nos apropriarmos de uma conceituação, porém de forma muito frágil, pois a autora, por sua vez, deixa a distinção destes conceitos subentendida.

A classe média é, para a autora, uma classe social intermediária entre a classe dominante (burguesia) e as classes oprimidas (proletariado e campesinato). É esta posição intermediária que possibilita a identificação da classe média com as classes mais oprimidas, identificação esta que se dá pela condição (de ambas as classes) de assalariada, insegurança permanente (diante das posições adquiridas) e pela dificuldade que a classe média tem em romper com a classe dominante. Todavia, Foracchi não descarta a possibilidade de um engajamento da classe média com a classe dominante, por conta da aspiração da classe média à burguesia. A esta condição Foracchi chama de *condição ambígua* da classe média, sendo esta uma característica muito forte no movimento estudantil, pela análise da autora.

Já a pequena-burguesia para a autora é a classe média em processo de ascensão social e como para Foracchi o estudante representa, para a família, a possibilidade de ascensão social, podemos concluir que para a autora os estudantes em sua maioria pertenceriam à pequena-burguesia. É salutar que compreendamos que a pequena-burguesia é também intermediária e ambígua para a autora. Concluimos daí, que tais conceituações de Foracchi apresentam-se carentes de uma caracterização mais consistente.

Foracchi na prática não aplica tal conceituação de classe média e pequena-burguesia na análise do movimento estudantil, uma vez que a autora oscila, sem explicar, na caracterização de “movimento tipicamente de classe média” e “movimento de cunho pequeno-burguês”, não fazendo qualquer distinção entre eles.

Capítulo 5:: Debate teórico entre os autores::

Ianni e Foracchi questionam a tese de conflito de gerações como a base da atuação estudantil e juvenil nas sociedades capitalistas. Foracchi avalia que o estudante não entra em conflito com sua classe de origem, mesmo quando se desvincula da família (o que não é um fato imprescindível na vida do estudante, apesar de uma tendência). O estudante continua com interesses e atuações condizentes com o interesse de sua classe, a despeito dos métodos de que se vale para obter êxito. A luta pelas reivindicações estudantis muitas vezes esbarra nos limites e ambigüidades da classe média. Seriam essas ambigüidades e o “esbarrar” nesses limites que possibilitariam ao estudante, individualmente (jamais como categoria), romper com a classe média.

Já Ianni, por sua vez, aponta que o jovem é radical por ser desprendido de interesses, por ser ainda imaturo socialmente (o jovem não está totalmente inserido no processo produtivo, e, portanto, não está inserido totalmente em nenhuma classe social) e busca seu espaço na sociedade.

Para Ianni o jovem, por ser intrinsecamente radical, é fruto de disputa e se mobiliza, pela esquerda ou direita, por que é “ganho” para uma das classes em luta na sociedade. Ianni coloca ainda que o jovem, até completar a sua inserção na sociedade passa por uma série de processos socializantes que podem fazê-lo romper com a identificação que cria quando ainda é imaturo.

Podemos perceber assim, que mesmo esses autores trabalhando com o conceito de classes sociais em oposição a noção de conflito de gerações chegam a conclusões muito distintas sobre o que é o jovem e como se dá a sua atuação. Podemos ainda dizer que a formulação de Ianni dialoga mais com as teses que defendem que o conflito inicial é o conflito de gerações do que com a análise de Foracchi, que defende a inserção do estudante na luta de classes *como* estudante, ao invés de como um sujeito social desprendido de interesses. Diferentemente dos demais, para Foracchi, o estudante não está segregado socialmente, mas, pelo contrário, possui mecanismos de integração permanentes.

Caberia indagarmos, contudo, até que ponto é possível considerar, mesmo analiticamente, a juventude como uma esfera socialmente segregada. Parece-nos que isso é possível somente como o concurso de um tipo de análise que se restrinja a abordá-la em termos da sua posição na estrutura, abstraindo os fatores concretos que configuram estas posições. Todavia, procedendo desse modo, chegaremos, quando muito, a compreender a peculiaridade da posição do jovem na estrutura, mas não lograrmos, sequer, vislumbrar o sentido da sua ação enquanto jovem. (FORACCHI, 1965: 171).

No momento em que Ianni caracteriza o jovem como um todo homogêneo, sem interesses sociais próprios, vindo “de fora” para os conflitos sociais casa o que é central em sua tese, com o que se mostra central na tese de Mannheim: o jovem é uma força social em potencial que se radicaliza no momento em que é conquistado, e por vezes manipulado, pelos diferentes agentes políticos.

Mannheim se baseia nesta formulação para argumentar sobre como a sociedade deve organizar as suas juventudes (estruturá-las, instrumentalizá-las e apoiá-las), pois assim, elas seriam “ganhas” para o projeto de reforma da sociedade (a Terceira Via), se convertendo no principal agente político de transformação da mesma. Não podemos, contudo, igualar tal compreensão messiânica da juventude em Mannheim com a de Poerner. Primeiramente porque Mannheim compreende a possibilidade de o jovem não se mobilizar. Quando dizemos que Mannheim compreende a juventude como um todo homogêneo nos referimos ao fato de, para esse autor, a juventude não ter cara, não ter interesse e isso ser generalizado. Porém, Poerner caracteriza o jovem brasileiro como um bloco homogêneo e implacável, sempre com uma mesma diretriz: democracia e desenvolvimento nacional.

Poerner não desenvolve de forma substancial os conceitos com que trabalha, o que faz sua obra, apesar de clássica, ser teoricamente raquítica. Sem sombra de dúvida a grande contribuição que Poerner dá a sociologia do ME é pensá-lo como *sujeito social permanente* na sociedade brasileira e o histórico pormenorizado deste ME. A definição de juventude e a caracterização da atuação estudantil que Poerner lança mão não se sustentam a um olhar mais aprofundado na própria história relatada por Poerner. *O Poder Jovem* é uma obra datada e com um objetivo direcionado: Poerner busca legitimar o ME no momento em que este está sofrendo a maior perseguição política de sua história (Pellicciotta, 1997: 23). Porém tal demarcação apresenta-se com tamanho peso, que o faz pecar pela precisão conceitual.

Iniciamos a pesquisa com uma demarcação teórica que dividiam os autores: existência ou não de uma análise de classes sobre o movimento. A própria utilização do termo juventude quando se analisa as movimentações estudantis já nos anuncia uma generalização forçada que os autores buscavam dar ao radicalismo crescente das movimentações. Apesar de nem todos os autores terem presenciado o Maio de 1968 Francês e o conjunto da movimentação estudantil daquele ano em todo o mundo, todos escreveram a partir de 1960 quando o ME já se delineava com representatividade significativa, o ME já tinha corpo; no Brasil este “corpo” se consolidava em torno da União Nacional dos Estudantes (UNE). Portanto, todos os autores olhavam o mesmo fenômeno social que era a crescente importância que as movimentações estudantis estavam desenvolvendo, com diferenças com relação ao impacto que elas causavam.

Não podemos deixar de notar que dois entusiásticos da “aliança operário-estudantil” (como ficou conhecida dentro do movimento a união deste com os trabalhadores) foram os dois que presenciaram as movimentações de 1968. Foram Poerner e Ianni que viram os estudantes marcharem ao som da Internacional Comunista e hasteando bandeiras de países que fizeram a Revolução Proletária. Neste caso, não cabe somente perguntar se eles se deixaram levar pela auto-imagem propagada pelo ME do período, mas também cabe perguntar como os demais autores responderiam a estas cenas. Este é um esforço teórico necessário se quisermos fazer os autores dialogarem entre si.

Talvez Mannheim seja o mais difícil de delinear, pois trabalhamos na pesquisa com um artigo. Seguindo a tese esboçada em *O problema da juventude nas sociedades modernas*, Mannheim descreveria o Movimento de 68 como uma capitalização dos estudantes a interesses ideológicos que não são próprios do estudante, assumindo como tarefa o enfrentamento com os governos partindo de paradigmas equivocados de impossibilidade de conciliação dos interesses das classes. Avaliamos que Mannheim faria os mesmos apontamentos em termos gerais para a juventude brasileira de 1968 que fez para a inglesa: reforma do sistema educacional com a finalidade de imbuir nos jovens às noções socializantes da Terceira Via e necessidade de transformação, pela reforma, da sociedade. Cabe-nos fazer ainda uma ressalva, diferentemente do que defende para a Inglaterra, Mannheim se colocaria contrário ao governo e reivindicaria

que a atuação estudantil também se colocasse contra, porém reivindicando a via de reforma do sistema.

Foracchi, na nossa leitura, apontaria dois momentos. O primeiro de caráter mais geral no qual argumentaria que os estudantes lutavam por uma reforma na universidade e no país em que a classe média pudesse continuar a desfrutar suas aspirações de ascensão. Os estudantes se radicalizavam por uma ampliação de direitos e pela democracia, o que passava necessariamente pela luta contra a ditadura militar no período. O segundo movimento seria afirmar que a luta estudantil, por assumir um caráter de enfrentamento ao governo, esbarraria e tencionaria os limites e ambigüidades da classe média, possibilitando que alguns estudantes fossem atraídos por outras forças sociais, estas sim, revolucionárias. Tal movimentação dos estudantes estaria marcada pela inserção partidária neste movimento e o ingresso de estudantes nos partidos políticos.

Ianni por sua vez trabalha com a idéia de que o jovem neste período está se inserindo numa sociedade polarizada e, portanto, com condições propícias para manifestar toda a sua radicalidade, própria da condição juvenil. Isso por que as classes se utilizam da radicalidade juvenil na luta social, portanto as diferentes classes disputam os jovens, através da conscientização de seu ingresso do processo produtivo, e incentivam sua radicalidade como instrumento de luta. Ianni, porém, não menciona quais seriam os instrumentos para que o jovem se vinculasse às diferentes classes sociais, ficando subentendido que o simples fato de se colocar em movimento, em luta, forjaria esse vínculo. Tal concepção é compartilhada por Poerner, no momento em que tal autor descreve o movimento estudantil como sempre vinculado aos interesses nacionais *por ser* democrático, nacionalista e ter em sua composição agentes sempre questionadores do *status quo* (os estudantes).

Compreendemos, assim, que somente Foracchi expressa a importância dos partidos políticos como agentes sociais capazes de forjar uma nova consciência de classes. Apesar de Poerner, ao longo de seu livro, referir-se aos partidos, como vanguardas da luta estudantil, não delega a eles a função de conscientização do estudantado. Os demais autores nem citam os partidos como vanguarda destes processos de transformação social que o estudante (ou jovem) assume como tarefa histórica;

Mannheim aponta a necessidade de o Estado assumir a tarefa de criar essa consciência. Ainda sim, o Estado aqui é visto como absoluto e a cima das classes.

Outro ponto que diferencia os autores é sobre a “predestinação” do jovem como vanguarda da transformação social. Para Mannheim o jovem possui a história como tarefa, a sociedade depende do jovem e de sua vitalidade para se transformar. Podemos casar essa tese com a de Poerner, quando ele define que o jovem brasileiro é um opositor nato e sempre atuante contra o *status quo*, ao mesmo tempo em que relata a debilidade das outras organizações civis. Mannheim e Poerner são muito claros quando enfatizam tais características no jovem, porém Ianni não deixa claro se o jovem conseguiria encabeçar o processo de transformação social, pois compreende o radicalismo do jovem inato e, ao mesmo tempo, a serviço de alguma das classes antagônicas. Sendo assim, não conseguimos identificar o nível de dependência que as classes sociais teriam dos jovens para efetivar seus programas, mas compreendemos que o jovem não é capaz sozinho de transformar a sociedade. A atuação radical do jovem, para Ianni, se dá quando o este se inserir nas disputas já existentes na sociedade. Foracchi por sua vez se opõe a tese da “vanguarda revolucionária juvenil” no momento em que enfatiza a condição de força coadjuvante do estudante.

Como podemos perceber ao longo da monografia o debate sobre o Movimento Estudantil Universitário não se descola do debate sobre (perspectiva de) transformação social. O estudo sobre o ME é sempre carregado de debate acerca de suas potencialidades transformadoras. Também podemos notar que muitas vezes se transfere a uma categoria abstrata ‘a juventude’ uma análise sobre o ME, isso se dá pelo fato dos autores não analisarem os estudantes dentro do sistema, e, portanto dentro de uma classe social. Sem essa percepção de classes dentro do estudantado e dentro da *juventude*, a diferenciação destes dois grupos é mera formalidade.

Mais do que um questionamento acerca a transferência para a juventude de fenômenos muito restritos ao estudantado universitário, questiono o uso livre, sem maiores conceituações, dos termos *juventude* e *jovem*. Isso, pois, avaliamos que tais termos delimitam de formas estritamente etária a população de um território, porém não

dá conta de explicar ou explicitar a dinamicidade e a realidade deste agrupamento. Juventude é um conceito, tal qual povo e população, que expressa menos do que aparenta.

Parece que o mais correto é começar pelo real e pelo concreto, que são a pressuposição prévia e efetiva; assim, em Economia, por exemplo, começar-se-ia pela população, que é a base e o sujeito do ato social de produção como um todo. No entanto, graças a uma observação mais atenta, tomamos conhecimento de que isso é falso. A população é uma abstração, se desprezarmos, por exemplo, as classes que a compõem. (...) *Assim, se começássemos pela população, teríamos uma representação caótica do todo*, e através de uma determinação mais precisa, através de uma análise, chegaríamos a conceitos cada vez mais tênues até atingirmos determinações mais simples. Chegados a este ponto, teríamos que voltar a fazer a viagem do modo inverso, até dar de novo com a população, mas desta vez não como uma representação caótica de um todo, porém como uma rica totalidade de determinações e relações diversas. O primeiro constitui o caminho que foi historicamente seguido pela nascente economia. (...) O último método é manifestadamente o método cientificamente exato. *O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso.* (MARX, 1983 – grifos meus)

No conceito de Juventude despreza-se, na medida em que não a explicita, a divisão de classes existente na sociedade. Com tal conceito colocam-se num mesmo agrupamento social setores antagônicos da sociedade. Cria-se uma identidade entre os sujeitos, objetos da análise, que não se sustenta a uma análise mais profunda da dinâmica destes mesmos sujeitos e da própria sociedade. Cria-se, assim, uma identidade entre classes antagônicas que não ajuda na leitura da realidade de um movimento social.

Acreditamos que a ausência de uma análise classista do ME tem, basicamente, duas origens. A primeira é a desconsideração das classes sociais e da luta de classes como motor da história; a segunda é a aceitação acrítica da auto-imagem do ME. No primeiro grupo podemos alocar Mannheim e Poerner, no segundo Ianni.

A construção de uma auto-imagem do ME não vinculada a classes sociais é compreensível por dois ângulos centrais: o primeiro é como recurso retórico, o ME camufla seu vínculo de classe para conquistar apoio de outras classes, conferindo um caráter generalista a suas bandeiras; o outro é a refutação de uma identidade de classes, que Foracchi (1965) e Saes (2005) apontam como própria da classe média e, portanto, da base do ME. Essa refutação também pode ser observada na leitura que os partidos atuantes no ME imprimem, ao tentar operar um descolamento do movimento estudantil universitário de sua classe de origem.

Foracchi, por sua vez, ao tentar se desvencilhar da auto-imagem do ME forja uma tese na qual a possibilidade dos agentes sociais se desvincularem de sua condição inicial é quase inexistente. A tomada de consciência e opção de classes do estudante é muito limitada dentro da teoria de Foracchi, talvez limitada demais para explicar o significativo número de estudantes que aderiram à luta armada e aos partidos revolucionários nas décadas de 1960 e 1970. Se a opção de classe e tomada de consciência é um processo tão truncado e individual, como se explica a expressividade e peso que tal processo teve socialmente?

A despeito das críticas, cabe lembrar a importância que estes autores possuem dentro da sociologia do ME. Foracchi foi a primeira autora a trazer uma análise de classes para dentro do ME, analisando a inserção do estudante na dinâmica da luta de classes através de seu vínculo familiar e suas reivindicações de reforma da Universidade. Tal debate possibilita um avanço teórico significativo para se compreender os limites e potencialidades transformadoras do ME. Ianni contribui com uma discussão que ressalta a importância do ingresso no processo produtivo para a tomada de consciência do indivíduo; o adulto que está totalmente inserido no processo produtivo possui uma identificação com a classe muito mais contundente e difícil de superar do que o jovem que vê as suas condições de ingresso no mercado de trabalho se deteriorar ao mesmo tempo em que não possui a *necessidade* de se sustentar, podendo contar ocasionalmente com a ajuda familiar.

A contribuição de Mannheim pode ser avaliada no peso que este autor confere a possibilidade de se “moldar” através de mudanças no Estado e na sociedade, em especial na Educação, as características dos jovens de uma geração a outra. Aqui fazemos uma ressalva, não se pode esperar uma mudança significativa da atuação dos jovens e estudantes simplesmente através de mudanças no sistema educacional. Pode-se, contudo, lutar por um sistema educacional menos polidor e que trabalhe de forma a auxiliar na construção de noções como solidariedade de classe e possibilidade de transformação efetiva da sociedade. Isso, porém, não é suficiente para a consolidação de transformações efetivas na sociedade, além de somente ser obtido através de uma ofensiva das classes oprimidas na luta social.

Poerner também deixa sua contribuição na medida em que explicita o ME como agente dinâmico e constante das lutas sociais no Brasil, em especial a partir do século XX. O extenso trabalho de resgate histórico e defesa deste importante movimento social brasileiro mostra-se como uma virtude singular de sua obra.

Capítulo 6:: Conclusão::

De um modo geral podemos dizer que os autores, apesar de algumas afinidades, representam posições teóricas distintas dentro da análise sobre o ME. Podemos ainda separá-las em dois grandes grupos analíticos: os que fazem uma análise classista do ME e os que não a fazem. No primeiro grupo colocaríamos Foracchi, no segundo Poerner, Mannheim e Ianni. Neste segundo grupo é interessante diferenciar ainda duas visões; a primeira, representada por Poerner (1972) e Mannheim (1968), caracterizada por uma percepção quase messiânica do jovem e do estudante, que ignora a existência da luta de classes; a segunda visão, representada na presente monografia por Ianni (1968), que se baseia na auto-imagem propalada pelo ME.

Foracchi é a única que trabalha com uma caracterização classista do ME e dos estudantes, pautando para isso o vínculo familiar e o projeto de carreira como eixos de sua análise. Ao tentar fugir do que caracteriza como “mitologia do movimento estudantil”⁸, a autora cristaliza o ME numa estrutura na qual a mobilidade social e opção de classe possuem pouca significância e possibilidade de efetivação.

Ianni, apesar de considerar a luta de classes como motor da história, não analisa os estudantes sobre um prisma classista. Ianni se prende na auto-imagem do ME e o decreta intrinsecamente radical. Ianni traz a tona uma consideração importante para pensar a inserção do jovem na luta de classes: o indivíduo só seria maduro socialmente, e, portanto, com vínculos sociais mais estáveis, quando estivesse totalmente inserido no processo produtivo, seja como trabalhador ou como burguês.

Mannheim, por sua vez, desconsidera a existência da luta de classes em toda a sua análise, e considera a juventude um recurso latente da sociedade que pode ser cooptada por qualquer grupo social. O autor ainda explicita que a juventude é o principal agente político de transformação social pelo fato de não possuir interesses próprios. A juventude, para Mannheim, é desprezada e marginal e, por isso, não aceita a ordem vigente como

⁸ *Mitologia do movimento estudantil* para Foracchi (1965: 4) é todo o arcabouço teórico que se estabelece através da auto-imagem do ME, não se aprofundando numa caracterização mais concreta dos interesses e conseqüências das movimentações estudantis.

natural, mas precisa ser incentivada e cooptada para um projeto transformador, uma vez que ela não o possui.

Poerner, por sua vez, compreende o jovem (e o estudante dentro desta categoria) como uma categoria permanente das lutas sociais travadas no país. Mais que isso, o jovem de Poerner é vanguarda nacional de todos os processos democráticos e nacionalistas. O autor ainda expressa que o jovem brasileiro é um “oposicionista nato”, tal oposicionismo surge inicialmente como um conflito com seu progenitor, mas a partir da vivência universitária ganha conteúdo marcadamente anti-governamental

Ao longo da pesquisa efetuamos um levantamento quantitativo da bibliografia acerca do ME. Pudemos perceber que a bibliografia ainda é muito restrita às movimentações estudantis do período ditatorial, porém existem alguns avanços sendo dados, infelizmente a maioria deles ainda em formato de tese ou dissertação, e por isso não são de fácil acesso. Mesquita (2005) em sua tese de doutorado em Psicologia social apresenta um trabalho de fôlego que busca fazer uma caracterização das diferentes formas e mobilizações da juventude brasileira, em especial, a partir de 1990, focando no ME. Pereira (2006), com base na análise da história do DCE da Unicamp, traça um panorama do ME na década de 1980, sempre dialogando as disputas e debates locais com as existentes no movimento nacional. Martins Filho (1998) elabora um artigo sobre o movimento dos Caras Pintadas, no início da década de 1990, porém o seu foco analítico é o movimento de 1968 e seus desdobramentos na cena política brasileira, escrevendo muito pouco acerca do ME que foge a este recorte⁹.

Recentemente a Revista Tempo Social (2005), da editora da USP, elaborou um número especial sobre juventude e o legado analítico de Foracchi sobre o tema. O artigo de Augusto (2005), que abre o referido número, traz elementos importantes para a elaboração de uma síntese do pensamento de Foracchi.

Mesmo se tratando de obras muito focadas no período da Ditadura Militar, autores como Valle (1999) – com seu livro *1968: O diálogo é a violência. Movimento*

⁹ Podemos citar sobre este tema a obra *Movimento estudantil e militarização do Estado no Brasil (1964 – 1968)* de Martins Filho (1986), o texto de maior relevância deste autor sobre o ME.

estudantil e ditadura militar no Brasil; Sanfelice (1987) – com o livro *A UNE na resistência ao golpe de 64* –; Groppo (2000) – com sua tese de doutorado intitulada *Uma onda mundial de revoltas* – se fazem presentes na análise da história do ME. (Segue em anexo à presente monografia um levantamento da bibliografia acerca do ME.)

O crescimento do interesse sobre o tema pode ser sentido através do aumento da produção acadêmica (referenciadas em pesquisas em curso ou recém concluídas). Mas é fato também que tais produções ainda precisam avançar na compreensão da realidade atual do ME. É praticamente nula a produção acadêmica sobre as duas últimas décadas do movimento, décadas estas que apresentam diferenças importantes com relação a estrutura e dinâmica do movimento. Mais que isso, nas décadas de 1990 e 2000 ocorre no Brasil a implementação do Neoliberalismo e uma fragmentação da esquerda e das lutas. A reestruturação no mercado de trabalho, na universidade, a retirada incessante de direitos sociais, e as demais políticas neoliberais geram impactos e reações no estudantado que devem ser estudados.

É necessário que os estudiosos do ME busquem responder a algumas questões pungentes na atualidade; questões estas que perduram para se dar consequência ao estudo da Sociologia do Movimento Estudantil.

- ❖ como o ME e os estudantes respondem às investidas Neoliberais?
- ❖ qual é a caracterização atual do estudantado? As medidas que presenciamos neste último período, com o ProUni e o ReUni¹⁰ alteraram (e em caso afirmativo, em qual medida) a composição social do estudantado brasileiro?
- ❖ por que o ME brasileiro fragmentou-se em duas instâncias nacionais, que reivindicam a organização e representatividade das movimentações estudantis (a UNE e a Conlute)? Em que medida esta fragmentação está relacionada com a conjuntura política do país e como ela responde a dinâmica interna do ME?
- ❖ Que papel o estudantado, e mais precisamente o ME, cumpre no cenário político atual, marcado por uma fragmentação da esquerda e uma ofensiva da burguesia contra os direitos sociais?

¹⁰ Medidas do Governo Federal que fazem parte da Reforma Universitária do Governo Lula.

Por fim, concluímos a presente monografia com a certeza de que muitos passos ainda faltam ser dados para que a leitura do movimento estudantil acompanhe toda a sua dinamicidade, porém com a convicção de que estamos caminhando no rumo certo.

Bibliografia::

- AUGUSTO, Maria Helena Oliva. “Retomada de um legado: Marialice Foracchi e a sociologia da juventude”. *Tempo social*. São Paulo, v. 17, n. 2, 2005 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702005000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 Aug 2008. doi: 10.1590/S0103-20702005000200002.
- DOIMO, Ana Maria. “Movimento social: a crise de um conceito”. In: _____. *A vez e a voz do popular*. Movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume Dumará: ANPOCS, 1995, pp. 37-50.
- FERNANDES, Florestan. *Universidade brasileira: reforma ou revolução?* 2ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.
- FORACCHI, Marialice M. *O Estudante a Transformação da Sociedade Brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.
- GROPPPO, L. A.: Uma onda mundial de revoltas. *Movimentos estudantis nos anos 1960*. Tese de doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Campinas-SP, 2000.
- IANNI, Octávio. “O Jovem Radical”. In: BRITTO, Sulamita. *Sociologia da Juvntude*. Vol 1. Rio de Janeiro: Zahar editora, 1968.
- MANNHEIM, Karl. “O problema da juventude na sociedade moderna”. In: BRITTO, Sulamita. *Sociologia da Juvntude*. Vol 1. Rio de Janeiro: Zahar editora, 1968.
- MARTINS FILHO, J. R: *Movimento estudantil e militarização do Estado no Brasil (1964 – 1968)*. Dissertação de mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Campinas-SP, 1986.
- _____ Os *estudantes nas ruas, de Goulart a Collor*. In: MARTINS FILHO (org) 1968 faz 30 anos. Capítulo 1. p.11-27. Editora da UFSCar. São Carlos-SP. 1998.
- MARX, K. “O método da economia política”, IN: _____ *Para a crítica da economia política*. Liaboa: Estampa, 1983.

- MESQUITA, Marcos Ribeiro. *Identidade, Cultura e Política: Os Movimentos Estudantis na Contemporaneidade*. Tese de doutorado em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.
- PELLICCIOTTA, M. M. B. *Uma Aventura Política: as movimentações estudantis dos anos 70*. Dissertação de Mestrado do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1997.
- PEREIRA, M. C: *Tecendo A Manhã: história do Diretório Central dos Estudantes da Unicamp (1974-1982)*. 2006. 235 f. Dissertação (mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.
- POERNER, Artur José. *O Poder Jovem*. 2a edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- SAES, Décio A. M. de. “Classe média e escola capitalista”. In: *Crítica Marxista*, n. 21 Campinas: CEMARX, 2005.
- SANFELICE, J. L.: *A UNE na resistência ao golpe de 64*. Ed. Martins Fontes. São Paulo – SP. 1987.
- VALLE, M. R. do: *1968: O diálogo é a violência. Movimento estudantil e ditadura militar no Brasil*. Campinas-SP. Editora da Unicamp, 1999.
- USP, *Tempo Social*, vol 17 nº 2. São Paulo: USP, 2005.
-

Anexo:: Levantamento Bibliográfico de Referências::

ABRAMO, H.: *Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil*. Revista Brasileira de Educação. N. 5 e 6, 1997.

ABRAMO, L. *Reorganização do movimento estudantil: 20 anos*. Seminário organizado na PUC de São Paulo. mimeo.

ALBUQUERQUE, J. A G., *Movimetno estudantil e consciência social na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977 (a)

_____, *Classes médias e políticas no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977 (b)

ALVAREZ, S.; DAGNINO, E.; e ESCOBAR, A., *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

ANDRADE, C.A.N. de: *A organização política dos estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1974-1984)*. Dissertação de mestrado. Centro de Ciências Sociais Aplicadas da UFRN. Natal, 1994.

ARANTES, A., *A resistência da UNE à tentativa de golpe em 1961*. In: História da UNE. Org: Nilton Santos. Vol 1. São Paulo: Editorial Livramento, 1980.

ARAÚJO, M. P. N.: *Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.

BAHIA, R.: *O estudante na história nacional*. Salvador-BA. Livraria progresso, 1954.

BARBOSA, A : *A (des) articulação do Movimento Estudantil (décadas de 80 e 90)*. Educação: Teoria e prática. Vol. 10. no 18/19. pp. 5-14. jan./dez. 2002.

_____: *O movimento estudantil nas décadas de 80 e 90*. Trabalho de conclusão de graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista. Rio Claro: UNESP,2001.

BARCELLOS, J. *CPC da UNE: Uma história de paixão e consciência*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

BENTIVOGLIO, J. C. e MENDES, A.M.: *Movimento Estudantil e Universidade: UNESP-Franca (62-90)*. Ed. da UNESP. 1995. Coleção Estudos de História.

BEBIANO, R., *O poder da imaginação: a juventude e resistência nos anos 60*. Coimbra: Ângelus novus, 2003

BEZZON, L. A. C.: *Análise do perfil sócio-econômico cultural dos ingressantes na Unicamp 1987-1994: democratização ou elitização?* Dissertação de mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. 1995.

BLOCH, M.: *Introdução à história. Publicações Europa-América*. 6ª edição Coleção Saber. Portugal. 2002.

BRANDÃO, A. C e DUARTE, M. F.: *Movimentos culturais da juventude*. São Paulo-SP, 1991.

BRITO, S. de: *Sociologia da Juventude*. IV Volumes. São Paulo: Zahar Editores, 1968.

BOURDIEU, P., *A juventude é apenas uma palavra*. In: *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

CAVALARI, R. M. F.: *Os limites do Movimento Estudantil (1964/80)*. Campinas-SP, Mestrado em Educação na UNICAMP, 1987.

COHN-BENDIT, D.: *Revolta estudantil*. Rio de Janeiro: Lautes, 1968.

COSTA. C. T.: *Cale-se*. Editora Girafa. São Paulo: SP. 2003.

COSTA, M. R. e SILVA, E. M. (Org): *Sociabilidade juvenil e cultura urbana*. São Paulo: EDUC, 2006.

CUNHA, L. A.: *A Universidade Crítica: o ensino superior na república populista*. Rio de Janeiro-RJ. Editora Francisco Alves, 1989.

_____ *A Universidade Temporã*. Rio de Janeiro-RJ. Editora Francisco Alves, 2ª edição, 1986.

CRUZ, M. B. da. *A participação política da juventude em Portugal*. In: *Análise Social*, Vol XXV. Coimbra, 1999.

DIAS CASTRO, E. I.: *Representações sociais em estudantes trabalhadores*. Dissertação de Mestrado em Educação. Campinas: Unicamp, 1984.

DOIMO, A. M. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Editora Relume-Dumará, 1995.

DOONER, P. *Universidad latinoamericana*. Santiago: Corporación de Promoción Universitaria, 1979.

- DRAGO, A., *Agitar antes de ousar: o movimento estudantil “antipropinas”*. Porto: Afrontamento, 2004.
- ERIKSON, E., *identidade, juventude e crise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- FEIXA, C., COSTA, C e SAURA, J., *Movimentos juvenis: da globalização à antiglobalização*. Barcelona: Editora Ariel, 2002.
- FERNANDES, E.: *1968 destinos 2008*. Rio de Janeiro: Textual, 2002.
- FERY, L. *Pensamento 68*. São Paulo: Ensaio, 1968.
- FORACCHI, M. M.: *O Estudante e a transformação da Sociedade Brasileira*. São Paulo-SP. Companhia Editora Nacional, 2ª edição, 1977.
- _____. *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo: Pioneira, 1972.
- GERMANO, J. W. *Lendo e aprendendo: a campanha de pé no chão*. São Paulo: Cortez, 1982.
- GOMES, F. ^a: *A rebelião dos jovens*. Porto Alegre: Globo, 1968.
- GOMES, M. R.: *A greve estudantil de 1979 e seus sentidos em jornais impressos no Maranhão*. Dissertação de Mestrado da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP. Araraquara: UNESP, 2004.
- GONÇALVES, T. e ROMAGMOLI, L. H.: *A Volta da UNE: de Ibiúna a Salvador*. São Paulo-SP: Alfa Ômega, 1979.
- GONH, M. da G.: *História dos movimentos e lutas sociais. A construção da cidadania dos brasileiros*. Edições Loyola. São Paulo - SP, 1995.
- _____. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.
- GORENDER, J. *Combate nas trevas*. Ed. Ática. 5ª edição revista e ampliada. 1997.
- GROPPO, L. A.: *Uma onda mundial de revoltas. Movimentos estudantis nos anos 1960*. Tese de doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Campinas-SP, 2000.
- _____: *Autogesto, universidade e movimento estudantil*. Campinas: Autores Associados, 2006.

GUILHON ALBUQUERQUE, J. A.: *Movimento Estudantil e Consciência Social na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HAYASHI, M.C.P.I.: *Movimento Estudantil e memória: contribuição à construção de fontes de pesquisa em educação*. Tese de doutorado. Centro de Educação e Ciências Humanas, UFSCAR. São Carlos- SP. 1995.

_____: *Política e Universidade: a consciência estudantil – 1964/1979*. Dissertação de mestrado. Centro de Educação e Ciências Humanas, UFSCAR. São Carlos-SP. 1986.

IANNI, O.: *O jovem radical*. In BRITO, S. de: *Sociologia da juventude, I: Da Europa de Marx à América Latina de hoje*. Zahar Editores. 1968.

IULIANELLI, J. A. S.. *Juventude: construindo processos – protagonismo juvenil*. In: CESAR, P. *Jovens em tempo real*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

KASSOF, A.: *Nova juventude soviética*. Rio de Janeiro: Record, 1966.

LARANJEIRA, S.: *Classes e movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Hucitec, 1990.

LUZ, Y. dos R.: *A UNE reconstituída e a (des)organização do movimento estudantil brasileiro*. Trabalho de Conclusão de Graduação em História pela Universidade Estadual Paulista, 2005.

MADEIRA, F. R.. “Os jovens e as mudanças estruturais na década de 70”. *Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas*, n. 58. São Paulo, 1986.

MAIA JÚNIOR, E. A.: *Memórias de luta*. Fortaleza: UFC, 2008.

MARTINS FILHO, J. R.: *A rebelião estudantil: 1968 – México, França e Brasil*. Campinas: Mercado de Letras, 1996.

_____: *Movimento estudantil e ditadura militar*. Campinas: Papyrus, 1987.

_____: *Movimento estudantil e militarização do Estado no Brasil (1964 – 1968)*. Dissertação de mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Campinas-SP, 1986.

_____. *Movimento Estudantil no momento do golpe*. In TOLEDO, C. N. (org): 1964. *Visões críticas do golpe. Democracia e reformas no populismo*. Campinas –SP: Ed. da Unicamp. 1997.

_____ *Os estudantes nas ruas, de Goulart a Collor*. In: MARTINS FILHO (org) 1968 faz 30 anos. Capítulo 1. p.11-27. Editora da UFSCar. São Carlos-SP. 1998.

MATHIAS, S.: *Os acontecimentos da rua Maria Antônia*. São Paulo: Editora FFLECH, 1988.

MEDINA, C.: *1968-1988 nos passos da rebeldia*. São Paulo: USP, 1989.

MENDES JÚNIOR, ^a: *Movimento estudantil no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MENEGHEL, S. M.: *A crise da Universidade Moderna no Brasil*. Tese de doutorado. Faculdade de Educação da Unicamp, Campinas-SP, 2001.

MESQUITA, Marcos Ribeiro. *Identidade, Cultura e Política: Os Movimentos Estudantis na Contemporaneidade*. Tese de doutorado em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

_____ : *Juventude e movimento estudantil: o velho e o novo no movimento*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

_____ : “Juventude e movimento estudantil: discutindo as práticas militantes”. *Revista Psicologia Política*, n. 5. Florianópolis, 2003.

MISCHE, A.: *De estudantes a cidadão*. Revista Brasileira de educação. N. 5/6, 1997.

NOVAES, R e VANNUCHI, P. *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação* São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

OLIVEIRA, J. A. S.: *A mitologia estudantil*. Maceió: 1994.

ONFRAY, M.: *A política do rebelde: tratado de resistência e insubmissão*. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2001.

PAOLI, M.C.: *Os movimentos da Universidade e a reapropriação das políticas do Estado*. Revista Desvios n. 4 – Dossiê Movimento Estudantil Hoje. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

PEIXOTO, F.: *O melhor do CPC da UNE*. São Paulo: Global Editora, 1989.

PELEGRINI, S. de C. A.: *A UNE nos anos 60*. Londrina: Ed. Da UEL, 1998.

_____ : *O movimento estudantil brasileiro nos anos 60 e a reforma universitária*. Dissertação de Mestrado da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP. Assis: UNESP, 1993.

PELLICCIOTTA, M. M. B. *Uma Aventura Política: as movimentações estudantis dos anos 70*. Dissertação de Mestrado do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1997.

_____. *A trajetória política da Tendência Estudantil Liberdade e Luta (1975/1982)*. Tese de Doutorado defendida na Faculdade de Educação da UNICAMP. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2000.

PEREIRA, M. C: *Tecendo A Manhã: história do Diretório Central dos Estudantes da Unicamp (1974-1982)*. 2006. 235 f. Dissertação (mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

PINTO COELHO, C. N: *A transformação social em questão: as práticas sociais alternativas durante o regime militar*. Tese de doutorado. USP. São Paulo-SP. 1990. 63p. mimeo.

POERNER, Artur José. *O Poder Jovem*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

REIS FILHO, D. A. e MORAES, P. de: *68: a paixão de uma utopia*. 2ª edição revista e atualizada. São Paulo: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIBEIRO NETO, A. J.: “Um laço que não UNE mais”. In: *Revista Desvios*, no. 4, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

RODRIGUES, M. *A década de 80. Brasil: quando a multidão voltou às ruas*. Editora Ática. 2ª edição. São Paulo-SP. Série Princípios. 1992.

RODRIGUES, V. M. de S: *Carapintadas: Estudantes na Festa e na Política*. Dissertação de mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Campinas-SP, 1997.

SANFELICE, J. L.: *A UNE na resistência ao golpe de 64*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1987.

SANTOS, M. C. L. dos: *Maria Antônia, uma rua na contramão*. São Paulo: Nobel, 1988.

- SANTOS, N.: *História da UNE: depoimentos de ex-dirigentes*. São Paulo-SP, Livramento, 1980, vol.1.
- SADER, E.: *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1988.
- SEGRANFRED, S.: *UNE – instrumento de subversão*. Rio de Janeiro: GRD, 1963.
- SILVA, J. I. A.. *Estudantes e política: estudo de um movimento (RN1960/1969)*. São Paulo: Cortez Editora, 1989.
- SOUZA, J. T. P. de: *As insurgências juvenis e as novas narrativas políticas contra o instituído*. PPGSP, Cadernos de Pesquisa, n. 32, 2002.
- _____: *Reinvenções da Utopia: a militância política nos anos 90*. São Paulo-SP. Hacker Editores, 1999.
- SPOSITO, M. *Estudos sobre juventude em educação*. Revista Brasileira de Educação. ANPED, 1997.
- _____: *Juventude e escolarização (1980-1998)*: MEC/INEP/Comped, 2002.
- _____: *O trabalhador-estudante*. São Paulo: Loyola, 1989.
- TAVARES, L. H. e ROMAGNOLLI.T: *A volta da UNE: de Ibiúna a Salvador*. Alfa Omega. São Paulo – SP. 1979.
- TEIXEIRA COELHO. *Cultura e cultura política dos jovens*. São Paulo: Revista da USP, 1997.
- TRAGTEMBERG, M.: *Burocracia e ideologia*. Ed. Ática. São Paulo-SP. 1985.
- VALLE, M. R. do: *1968: O diálogo é a violência. Movimento estudantil e ditadura militar no Brasil*. Campinas-SP. Editora da Unicamp, 1999.
- USP, *Tempo Social*, vol 17 nº 2. São Paulo: USP, 2005.
- VENTURA, Z.: *1968: o ano que não terminou*. Ed. Nova Fronteira. Rio de Janeiro – RJ, 1988.
- VIEIRA, M. A. e GARCIA, M. A. *Rebeldes e contestadores: 1968, Brasil, França e Alemanha*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

ZAN, D. D. P: Os cursos noturnos na Unicamp num contexto de crise da Universidade Pública. Dissertação de mestrado. Faculdade de Educação da Unicamp. 1996.

Z Aidar Filho, M.: *Movimento estudantil brasileiro e a educação superior*. Recife: Universitária da FFPE, 2007.